

CADERNOS

DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS



EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)

Equipe Editorial

Editora-Chefe

Juliana Soares Pacheco Munhoz

Editor Adjunto

Guilherme Dall'Orto Rocha

Editora Científica

Juliana Tardem

Capa, layout e diagramação e foto

Juliana Tardem

Juliana Soares Pacheco Munhoz

Editores Associados

Alan Paulo Maurano Savedra

Edson Lugatti Silva Bissati

Emanuel de Jesus Correia Semedo

Frederico Augusto Auad de Gomes Filho

Gustavo Dias

João Antonio Dias

Júlia Furtado Reis

Luan Cardoso Ferreira

Marcelo Reis Filho

Thaís de Almeida Lamas

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos [recurso eletrônico]. – v. 1, n. 1 (2012-). Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Político, 2012-

1 recurso online: il

Periodicidade semestral

e-ISSN: 2238-3425

Disponível apenas online

Título abreviado: Cad. Est. Soc. Pol.

Título e resumos em português e inglês

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciência Política – Periódicos. 3. Sociologia – Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos

CDU 32:316(05)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Em memória de Charles Pessanha.

SUMÁRIO

6 EDITORIAL

7 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME DA
AMÉRICA LATINA E DO CARIBE: REVISÃO INTEGRATIVA

Francieli do Rocio de Campos e Marília Patta Ramos

34 O MARXISMO E A CONTINGÊNCIA DO SOCIAL: DA CRÍTICA
LIBERAL AO PÓS-MARXISMO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL
MOUFFE

Hugo Araújo

53 O CORPO COMO OBJETO E ALVO DE PODER NO BRASIL DO
PERÍODO VARGAS

José Antonio de Andrade e Grit Kirstin Koeltzsch

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da Cadernos de Sociologia e Política, uma publicação discente que se perpetua como um espaço de debate, inovação e reflexão crítica no campo das ciências sociais. Neste momento, em que seguimos trilhando o caminho de uma produção científica cada vez mais conectada com os desafios do mundo contemporâneo, reafirmamos o compromisso da produção textual com a excelência acadêmica e a promoção de um diálogo aprofundado entre pesquisadores de diversas instituições.

Ao se olhar para a história da revista, percebe-se uma linha contínua de transformação, dada vida e vivacidade pelas discussões que surgem nas salas de aula, seminários e encontros acadêmicos. Esta edição é mais um fruto dessa tradição, sendo principalmente de sua capacidade renovativa. A cada volume, nos deparamos com novas demandas, questões emergentes e a necessidade de ampliar horizontes, e é com essa perspectiva que norteia o contínuo trabalho editorial.

Este periódico, justamente por sua natureza discente, tem como prioridade não somente a divulgação de conhecimento, mas também incentivar a criatividade, a ousadia e o rigor científico de jovens pesquisadores. Valorizando a diversidade de abordagens, estilos e temas, pois é nesse espaço de pluralidade que se avança a ciência. A natureza colaborativa da revista nos permite construir conjuntamente um ambiente acadêmico mais inclusivo e dinâmico, onde vozes emergentes poder ser expostas.

Agradecemos profundamente a todos que participaram da construção desta edição. Aos autores, por confiarem na Cadernos como espaço para divulgação de suas pesquisas. Aos pareceristas, cujo trabalho minucioso e dedicado é essencial para garantir a qualidade científica dos artigos publicados. E, claro, à equipe editorial, cuja dedicação e profissionalismo tornam possível a concretização deste projeto.

Convidamos os leitores a explorar esta nova edição, com a esperança de que ela seja uma fonte de inspiração e conhecimento. Que os artigos aqui presentes incentivem não apenas o aprendizado, mas também o questionamento, a reflexão e a ação social. Que possamos juntos, continuar construindo saberes que façam diferença, contribuindo para um mundo mais justo e sustentável.

João Antônio A. S. O. Dias
Editor associado

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE: REVISÃO INTEGRATIVA

Public policies to fight hunger in Latin America and the Caribbean: Integrative review

Francieli do Rocio de Campos

Doutora em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Docente Adjunta A da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão/Paraná.

Marília Patta Ramos

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1D, com Licenciatura e Bacharel em Sociologia, Docente PhD do Curso de Sociologia (graduação), Pós-graduação stricto sensu de Sociologia e Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Resumo

Com estudos publicados em periódicos científicos no período de 2010 a 2020 se analisou as intervenções de combate à fome implementadas na América Latina e no Caribe. Com base em uma revisão integrativa, a partir de busca nos principais sites buscadores on-line se analisou título, palavras-chave, resumo e trabalho completo, obtendo uma amostra de 87 artigos de delineamentos experimental e quase-experimental, para ser obter as informações e posteriormente ser realizado a análise dos dados coletados. A revisão demonstrou que as intervenções voltadas ao combate à fome dedicaram-se a atuar na insegurança alimentar, seguida pela melhora no consumo alimentar, por fim, pela desnutrição. Foi possível dimensionar e relatar a influência das intervenções de 17 países da América Latina e do Caribe, que trazem consigo muitos contornos de ações e estratégias já desenvolvidas a um determinado período, no entanto, existe uma permanência diferente da problemática da fome em cada país.

Palavras-chave: políticas públicas; fome; revisão de literatura; análise

Abstract

With studies published in scientific journals from 2010 to 2020, interventions to combat hunger implemented in Latin America and the Caribbean were analyzed. Based on an integrative review, from a search on the main online search engines, the title, keywords, abstract and complete work were analyzed, obtaining a sample of 87 articles with experimental and quasi-experimental designs, in order to obtain information and subsequently the analysis of the collected data will be carried out. The review demonstrated that interventions aimed at combating hunger were dedicated to addressing food insecurity, followed by improvements in food consumption, and finally, malnutrition. It was possible to measure and report the influence of interventions in 17 countries in Latin America and the Caribbean. which bring with them many contours of actions and strategies already developed at a given period, however, there is a different permanence of the problem of hunger in each country.

Keywords: public policies; hunger; literature review; analysis

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar as intervenções de combate à fome implementadas na América Latina e no Caribe, através de estudos publicados em periódicos científicos no período de 2010 a 2020. Tendo em vista, a possibilidade de apresentar as intervenções de diferentes países e seu resultado nas políticas públicas de combate a fome na insegurança alimentar, na desnutrição, no nanismo, na emaciação e na mortalidade, no consumo alimentar e na renda de beneficiários.

Para esse trabalho, torna-se de suma importância conhecer os acontecimentos e as ações que marcaram a trajetória, direcionar a compreensão e explicitar os propósitos, dada a relevância das políticas públicas já existentes no campo do combate à fome e, também, proporcionar um panorama que permite entendê-las, questioná-las e avaliá-las no cerne do desenvolvimento de medidas que conduzam elementos científicos nas políticas existentes e formulação de novas políticas com objetivo de combater a fome. A experiência sobre a análise de políticas, programas, planos e estratégias na América Latina e Caribe não é extensa, e ainda menos significativa e sistemática em relação às intervenções de combate à fome.

A ambiguidade de combinar políticas públicas apropriadas para erradicar com a fome esteve incorporada na chamada abordagem de mão dupla ou paralela. Por um lado, era necessário criar condições aos famintos para aumentar permanentemente a sua capacidade de obter comida suficiente. No outro lado, precisava atender à necessidade imediata por quantidade de alimentos suficientes e nutritivos para todos os que não tinham acesso ao mínimo necessário e passavam fome. A população vivenciava o problema da fome mais grave, porque não tinha acesso a uma quantidade mínima e adequada, ou a sua renda era insuficiente para comprar os alimentos, e não podiam produzi-los por conta própria, ou, ainda, porque não recebiam doações e transferências suficientes de terceiros para atender às suas necessidades básicas de alimentação (Millán Smitmans, 2014).

O combate à fome tornou-se um tópico político que foi construído de modo recorrente em vários países, provocando amplo debate no âmbito público e governamental acerca dos objetivos e critérios para o planejamento, a construção e a implementação das políticas públicas em cada território.

Por isso, esta pesquisa propõe-se a desenvolver o tema voltado ao conjunto de intervenções dos governos relacionadas ao combate à fome, tendo como base a abordagem baseada em evidências, que aponta o efeito dessas políticas públicas nos países da América Latina e do Caribe¹. O autor Chonchol (1987) afirma que a fome sempre existiu nos va-

1 A Região da América Latina é composta pelos países que contemplam a América do Sul, América Central e o México. Entre as definições dos países, essa é a que mais se direciona aos critérios estabelecidos pela Organização das Nações

riados países, como um problema que foi sendo amenizado ao longo da história, em condições de maior ou menor densidade, juntamente com a pobreza e a desigualdade social.

Os países da América Latina e do Caribe diferem-se na questão demográfica, geográfica, econômica, social e política, assim como em termos de características intrínsecas ao desenvolvimento. Na perspectiva do trabalho de combate à fome, existem razões importantes para sugerir que essa questão decorra de uma história comum e de evoluções que tiveram origem no Atlântico, condicionando, estruturalmente, a situação da fome na região latina e caribenha. Essas diferenças refletiram-se na extensão da insegurança alimentar e nutricional, no progresso, no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas e nos respectivos marcos legais, institucionais e orçamentários para promover a alimentação e garantir o direito à alimentação (Sarmiento, 2008; Pinto, 2013).

Numa condição de ponderar as ações do Estado, torna-se possível apresentar meios encontrados em estudos científicos, por intermédio de evidências, para auxiliar os representantes governamentais sobre a sua atuação correlacionada com as políticas públicas. Para Head (2008), as políticas baseadas em evidências é um compromisso moderno de melhoria, embora as tentativas de vincular a ciência social e a política pública tenham uma linhagem muito mais antiga na história dos movimentos progressistas de reforma. O conhecimento científico e técnico têm sido muito valorizado na evolução do Estado moderno, inicialmente no que diz respeito ao crescimento econômico e à defesa nacional e, posteriormente, como resposta às aspirações de ascensão social dos cidadãos. As ciências sociais têm sido valorizadas por suas contribuições para compreender e influenciar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos indivíduos.

A disseminação da pesquisa sobre política a partir da ação do Estado tornou-se uma corrente das ciências sociais. A partir disso, podem ser citadas algumas experiências de governos implementando políticas e programas voltados para a erradicação da fome na população em diferentes esferas municipais, regionais, estaduais e federais. Os episódios, historicamente recorrentes, de fome e desnutrição mostraram-se como problemas crônicos de insegurança alimentar, que estão intimamente ligados à pobreza e às desigualdades estruturais nas sociedades. Além disso, o desenvolvimento tecnológico permanece integrado na estrutura de produção e consumo de alimentos, adicionando, a cada dia, novos riscos e incertezas às “antigas” questões, como preocupações com a higiene e a qualidade nutricional dos alimentos e questões relacionadas à preservação e ao controle de recursos naturais.

O combate à fome, por quase setenta anos, segue com o surgimento de ideias, movimentos e regulamentações. A concepção de um estado de segurança alimentar e bem-estar nutricional passou a configurar como um grande desafio no pensamento da

Unidas (ONU).

sociedade civil e na agenda do poder público (Valente, 2003). Para Magalhães (2014) a atenção à teoria e aos mecanismos de ação dos programas de combate à fome permitiu compreender os processos pelos quais os serviços e bens são fornecidos, elucidar como os efeitos são alcançados, quais são as consequências imprevistas das intervenções e como elas ocorrem por meio de modelos causais empregados, bem como entender a ligação contínua entre processo e resultado. Dessa forma, é possível analisar o efeito que vincula processos e resultados em diferentes programas e iniciativas públicas.

Metodologia

Para este trabalho, optou-se por utilizar de um tipo de revisão da literatura chamado de Revisão Bibliográfica Sistemática e, dentro dela, para desenvolver essa pesquisa foi selecionada a revisão integrativa². Trata-se de um estudo com dados coletados a partir de fontes secundárias, através de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada por estudiosos. Tal recurso permite agregar, classificar, avaliar e sintetizar os resultados da pesquisa de um tema específico, o qual ajuda outros profissionais a utilizar esses dados em seu trabalho.

As questões norteadoras para desenvolver a revisão integrativa foram: “Quais estudos existem sobre intervenções de combate a fome publicados no período de 2010 a 2020 e quais foram os efeitos achados sobre os índices e taxas de insegurança alimentar, desnutrição, nanismo, emaciação, mortalidade, consumo alimentar e renda na América Latina e no Caribe? Os artigos foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: artigos científicos publicados no período de 2010 a 2020; texto completo para o acesso; idiomas em inglês, português e espanhol; que apresentassem como foco do estudo a investigação de fatores que influenciaram nos índices e taxas nos desfechos ligados ao combate a fome.

O período de coleta de dados ocorreu entre fevereiro de 2021 a abril de 2022 e os trabalhos científicos foram selecionados nas seguintes bases de dados: as Bases nacionais: 1) Portal de Periódicos da Capes; 2) *Scielo*; 3) Biblioteca Virtual sobre Violência e Saúde (BVS/VS) da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), as Bases internacionais: 1) *Redalyc - Sistema de Informacion Cientifica Redalyc*; 2) ResearchGate; 3) *Scientific Electronic Library Online*; Portais de busca: *Google Scholar*, utilizando os seguintes descritores em português, espanhol e inglês: apenas “fome”, “fome” AND “política pública”, “fome”

2 Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 127), “o termo ‘integrativa’ tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes de pesquisas utilizadas neste método”. A partir da revisão de literatura de Whittemore e Knafl (2005), que designam a revisão integrativa como uma alternativa rigorosa da combinação de estudos com diferentes métodos (como desenho experimental/não experimental) e integração dos resultados do fenômeno que está sendo analisado.

OR “desfecho”, “fome” OR “nome de cada intervenção”. A estratégia de busca tornou-se um dos fatores que afetou diretamente a atividade de busca de obras nas bases de dados. Assim, diferentes estratégias de busca foram desenvolvidas durante a coleta de artigos, levando em consideração as características de cada fonte de informação, como o idioma principal e a presença ou ausência de vocabulário controlado.

A fim de descrever e identificar as características estruturais de cada intervenção, dos estudos selecionados no final de cada etapa de seleção foram coletados os dados de interesse de 87 artigos para análise por meio de um instrumento de coleta que abrange publicação (título, autor, ano, revista), amostra, objetivos, delineamentos da metodologia, resultados e conclusões de cada estudo. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e comparativa, a qual resultou na construção de categorias referente a efeito comprovado, promissor, limitante ou não avaliado de fatores que influenciaram nos índices e taxas de insegurança alimentar, desnutrição, nanismo, emaciação, mortalidade, consumo alimentar e renda na América Latina e no Caribe, de acordo com as características estruturais de todas as políticas públicas que foram possíveis obter conhecimento científico.

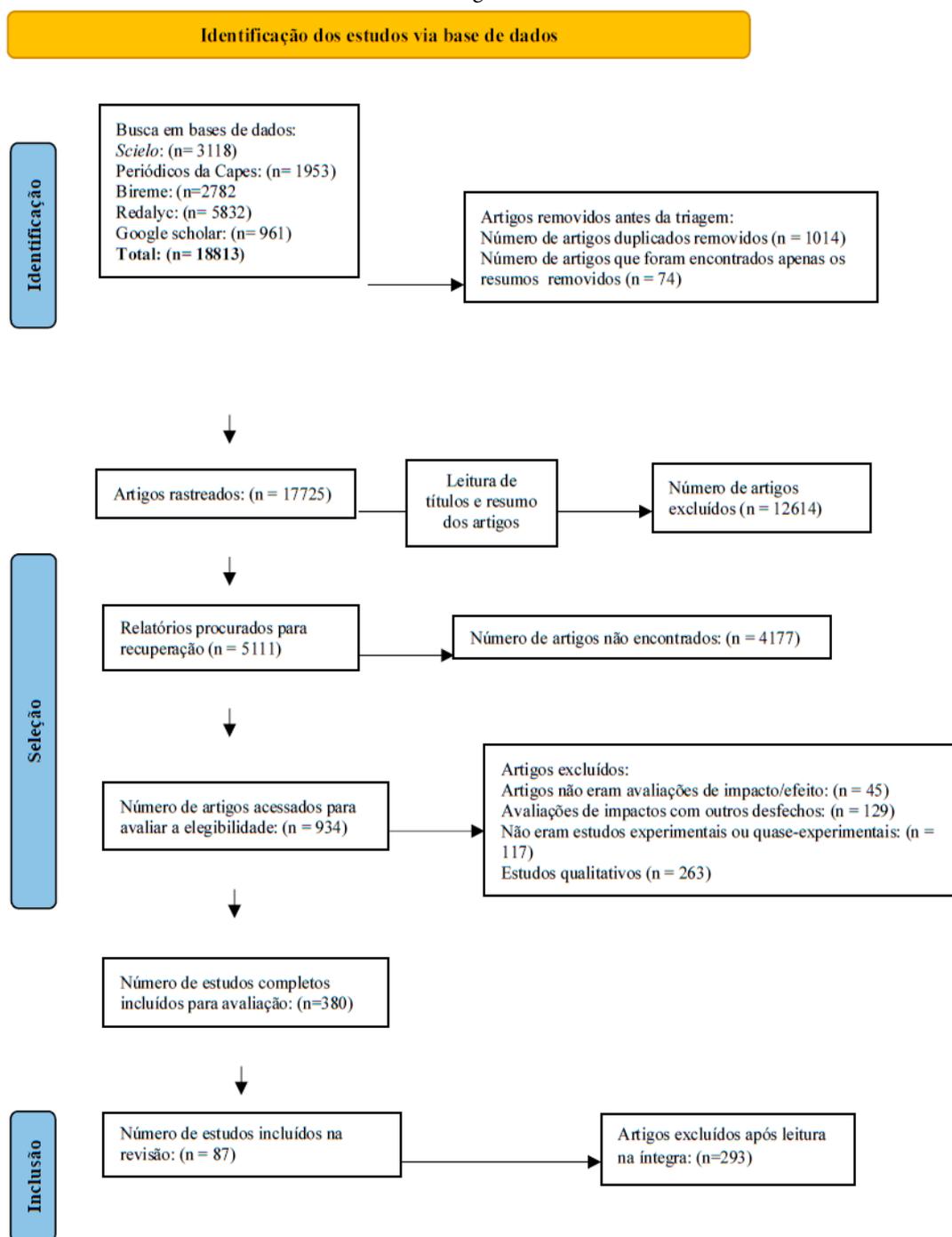
Resultados e discussões

Ao aplicar a metodologia descrita nos manuais e trabalhos científicos publicados na área para desenvolver uma revisão integrativa, foi possível recuperar 18.813 registros, numa busca estruturada em sete bases de busca de artigos (inter) nacionais. No processo de seleção dos trabalhos, foi necessário excluir 1.014 estudos repetidos e, assim, ao final do processo restaram 17.725 registros para a avaliação pelo título. Ao aplicar os critérios de exclusão nos títulos dos trabalhos, eliminaram-se 12.614 registros, restando 5.111 estudos para a avaliação pelos resumos. Essa etapa possibilitou a exclusão de 4.177 trabalhos, sendo reservados 380 para avaliação pelo texto completo. Não foi possível fazer a leitura de 291 estudos, visto que vários destes não puderam ser recuperados pelos sistemas de computação, e outros não tiveram o texto completo disponível nos idiomas definidos para a revisão. Após a leitura dos textos completos, os 87 artigos selecionados foram incluídos na revisão integrativa.

A Figura 1 apresentada na sequência representa um fluxograma que mostra as etapas desenvolvidas, o número de trabalhos selecionados e eliminados em cada etapa de elegibilidade dos estudos para essa revisão integrativa.

Na presente revisão integrativa, foram incluídos 87 artigos, que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos para desenvolver a pesquisa descritos na Figura 1. Os trabalhos que compõem a amostra se referem aos efeitos das políticas públicas voltadas ao combate à fome da população da América Latina e do Caribe.

Figura 1: Fluxograma com Identificação das etapas da inclusão e exclusão dos estudos para revisão integrativa.



Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Stovold *et al.* (2014); Boers (2018); Mayo-Wilson *et al.* (2018).

A Tabela 1 apresenta um panorama geral das publicações científicas incluídas nesse trabalho. Nos artigos abrangidos na revisão verificou-se que 24,72% deles foram publicados nos anos de 2010 e 2011, seguindo 20,22% entre o período de 2012-2013 e

2014-2015, diminuindo o número de publicações a partir de 2016. Esses achados apresentaram uma diferença pequena em quantidade de publicações sobre o tema, que pode ser em decorrência dos desfechos interligados à fome estarem em declínio, ou mesmos dos números ligados à fome terem passado a ser menores nesse período analisado.

Os dados expostos na Tabela 1 dizem respeito aos estudos aprovados nos itens de inclusão na revisão integrativa dessa pesquisa.

Tabela 1: Características dos estudos incluídos na revisão integrativa.

| Ano de publicação | N | % | Design | N | % |
|--------------------------|-----------|------------|---------------------------------|-----------|------------|
| 2010-2011 | 22 | 25,29 | Delineamento experimental | 18 | 20,69 |
| 2012-2013 | 17 | 19,54 | Delineamento quase-experimental | 69 | 79,31 |
| 2014-2015 | 17 | 19,54 | Total | 87 | 100 |
| 2016-2017 | 12 | 13,79 | | | |
| 2018-2019 | 14 | 16,09 | Nível de evidência | N | % |
| 2020 | 5 | 5,75 | Nível I | 6 | 6,90 |
| Total | 87 | 100 | Nível II | 30 | 34,48 |
| | | | Nível III | 47 | 54,02 |
| Idioma | N | % | Nível IV | 4 | 4,60 |
| Espanhol | 29 | 33,33 | Total | 87 | 100 |
| Inglês | 39 | 44,83 | | | |
| Português | 19 | 21,84 | Trabalhos por país | N | % |
| Total | 87 | 100 | Argentina | 4 | 4,60 |
| | | | Brasil | 28 | 32,18 |
| Área dos estudos | N | % | Chile | 1 | 1,15 |
| Administração | 4 | 4,60 | Colômbia | 13 | 14,94 |
| Ciências agrárias | 2 | 2,30 | El Salvador | 2 | 2,30 |
| Continuação da Tabela 1 | | | | | |
| Ciências humanas | 2 | 2,30 | Equador | 3 | 3,45 |
| Ciências sociais | 10 | 11,49 | Guatemala | 2 | 2,30 |
| Economia | 7 | 8,05 | Haiti | 3 | 3,45 |
| Medicina | 1 | 1,15 | Honduras | 1 | 1,15 |
| Multidisciplinar | 18 | 20,69 | Jamaica | 1 | 1,15 |
| Nutrição | 14 | 16,09 | México | 18 | 20,69 |
| Políticas públicas | 1 | 1,15 | Nicarágua | 2 | 2,30 |
| Saúde | 26 | 29,89 | Panamá | 1 | 1,15 |
| Não identifica | 2 | 2,30 | Paraguai | 1 | 1,15 |
| Total | 87 | 100 | Peru | 6 | 6,90 |
| | | | Uruguai | 1 | 1,15 |
| | | | Total | 87 | 100 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Na revisão integrativa, identificou-se que 44,83% dos trabalhos foram publicados

no idioma do inglês, cerca de 33,33% no idioma em espanhol e 21,84% em português. Pode-se considerar o uso da língua inglesa como predominante no campo científico, mas também o número de publicações no idioma em espanhol e português demonstrou que houve muitos pesquisadores na América Latina e no Caribe que se propuseram a compreender o fenômeno da fome na Região, e isso também foi possível de ser verificado pelas instituições que se dedicaram a estudar o fenômeno. Não foram encontradas publicações que satisfizessem os critérios de inclusão estabelecidos com a utilização dos descritores de busca em francês, o que pode ser considerado como uma limitação deste estudo.

A aplicação da classificação de força de evidência resultou na recuperação de 54,02% dos trabalhos. Foi possível identificar o nível de evidência III, além de 34,48% com nível de evidência II, 6,90% dos estudos com nível I de evidência e 4,60% dos estudos classificados no nível IV de evidência (conforme a classificação descrita na Tabela 1).

Em relação ao número de publicações identificados por países da América Latina e do Caribe, constatou-se que 32,18% dos trabalhos pertenciam ao Brasil, seguido de 20,69% de artigos do México; 14,94% representaram artigos sobre a Colômbia, e o percentual restante de trabalhos foram distribuídos entre os outros 14 países, nos quais foram encontradas publicações sobre políticas públicas de combate à fome incluídas na revisão. Esse tipo de informação pode indicar a disponibilidade de dados divulgados por pesquisadores ou instituições de pesquisas, ou, ainda, a predominância de experiências vivenciada por diversos governos, o que impulsiona a produção de resultados sobre situações ou evoluções das intervenções de combate à fome.

Quanto ao desenho de pesquisa dos trabalhos, verificou-se que 79,01% dos estudos são de delineamento quase-experimental e 20,69% são de delineamento experimental. No que tange a esse segmento, foram considerados apenas os dados quantitativos como resultados para essa revisão. A complexidade, as múltiplas nuances e facetas das políticas públicas de combate à fome na América Latina e Caribe acabaram por se refletir no processo de geração de evidências de efeito das intervenções.

Houve alguns movimentos para publicar estudos que adotaram um delineamento quase-experimental ou experimental, apesar dos avanços pontuais sobre as políticas públicas de combate à fome nas pesquisas apresentadas até o momento. Essa categoria de desenho metodológico permite avaliar qual ou quais variáveis refletem num determinado resultado de um estudo. As avaliações que focam no resultado de políticas públicas costumam informar aos tomadores de decisão e gestores como eles devem liderar as ações de implementação e revisar as estratégias adotadas e o processo de correção de problemas.

Para tal síntese, foi utilizado os critérios da “*FOOD SECURITY EVIDENCE REVIEW: key drivers and what works to improve food security*”, de Engelhard e Hake (2019), para classificar a evidência disponível em comprovadas, promissoras, emergentes e não

avaliadas sobre cada tipo de intervenção em relação a cada tipo de desfecho. Ao considerar a síntese de evidências mostrada na Tabela 1, a revisão demonstrou que a maioria das intervenções voltadas ao combate à fome dedicaram-se a atuar na insegurança alimentar (n = 34), seguida pela melhora no consumo alimentar (n = 20) e, por fim, pela desnutrição (n = 12).

Em termos das informações apresentadas no Quadro 1, 2, 3 e 4 as intervenções foram distribuídas por categorias segundo os desfechos: insegurança alimentar, renda, consumo alimentar, desnutrição, mortalidade, nanismo ou emaciação. A descrição e análise dos dados realizada sobre o efeito das intervenções na condição positiva querem dizer que ela produziu uma queda nos indicadores de fome, a intervenção classificada como negativa, refere-se a um aumento nos indicadores de fome e as sem impacto, a nenhuma alteração nesses indicadores. Outro elemento utilizado em tal síntese seguiu os parâmetros das autoras Engelhard e Hake (2019), em que as evidências extraídas a partir de cada estudo (através das informações/características da metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa) transformaram-se em elementos que classificaram o efeito de cada intervenção sobre o desfecho analisado na revisão integrativa. Essa classificação representou a qualidade e a quantidade de evidências disponíveis sobre a intervenção em cada estudo incluído na revisão, o que resulta em informações para dizer se a intervenção foi eficaz para melhorar um ou mais resultados específicos.

No Quadro 1, as evidências agrupadas mostraram que a revisão integrativa encontrou maior número de trabalhos publicados e as evidências comprovaram o efeito das políticas públicas na insegurança alimentar. Conforme o resultado e o tipo de intervenção:

Quadro 1: Síntese dos estudos incluídos na Revisão que comprovaram evidências nas Políticas Públicas.

| | Desfecho | Intervenção e informações dos trabalhos |
|------------|-----------------------|--|
| Comprovada | Desnutrição | Programa de alimentação escolar (Adrogué; Orlicki, 2013; Boland; Brautigam, 2010). |
| | Insegurança alimentar | Asignación Universal por Hijo (Salvia; Musante; Jaramillo, 2013; Salvia; Tuñón; Poy, 2015; Walsh; Poy; Tuñón, 2020). Programa Bolsa Família (Piperata; Spence; Da-Gloria; Hubbe, 2011; Nunes De Souza; Moura E Dias; Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa, 2012; Sperandio; Rodrigues; Franceschi.; Priore, 2017; Sperandio; Priore, 2015; Suzart; Ferreira; Barros De Oliveira; Meireles Lemos; Correa; Bonfatti, 2017; Poblacion; Marín-León; Segall-Corrêa; Silveira; Taddei, 2015). |
| | Consumo alimentar | Programa Bolsa Família (Duarte; Sampaio; Sampaio, 2010; Mourão, Ferreira, Macedo De Jesus, 2012; Pereira Sampaio; Pinheiro De Sousa, 2014; Speandio; Rodrigues; Franceschini; Priore, 2017). |
| | Renda | Programa Bolsa Família (Paes-Sousa; Santos; Miazakib, 2011; Cabral; Lopes; Lopes; Vianna, 2014; Rosano Peña; Pinheiro; Albuquerque; Mota Fernandes, 2015; Correa; Trevisan; Mello, 2019). |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os resultados da pesquisa agrupados no Quadro 2 demonstraram o maior número de trabalhos publicados e as evidências também apontam para o efeito promissor das políticas públicas na insegurança alimentar. Conforme o resultado e o tipo de intervenção na sequência:

Quadro 2: Síntese dos estudos incluídos na Revisão, que demonstraram evidências promissoras nas Políticas Públicas.

| | Desfecho | Intervenção e informações dos trabalhos |
|-----------|-----------------------|--|
| Promissor | Desnutrição | Programa de distribuição de leite fortificado (Rivera; Shamah; Villalpando; Monterrubio, 2010). Programa Juntos (Andersen; Reynolds; Behrman; Crookston; Dearden; Escobal; Mani; Sanchez; Stein; Fernald, 2015). Programa Integral de Nutrição (Beltrán; Seinfeld, 2011). |
| | Insegurança alimentar | Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social (Rossi; Ferre; Curutchet; Giménez; Ares, 2017). Programa de Aquisição de Alimentos (Figueiredo Salgado; Silva; Ferreira; Alvim Cunha; Ferreira Dos Santos, 2017; Camargo Almeida; Pugliesi; Ferrante; Cardozo; Paulillo, 2018). Programa Bolsa Família (Neder; Alves Filho; Souza, 2015) Programa de alimentação escolar (Trivellato; Priore; Franceschini; Santos; Costa, 2019). Programa Comedor Comunitario (Caro; Hernández; Fajardo; Viveros; Torres, 2018). <i>Projeto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas</i> (Krause; Scott; Sinisterra; Koski, 2018). Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (Martínez; Pérez; Tejerina, 2015). <i>70 y más</i> (Vilar-Compte; Ortiz-Blas, 2013). |
| | Nanismo | Familias en Acción (Lopez-Arana; Avendano; Forde; Van Lenthe; Burdorf, 2016; Lopez-Arana; Avendano; Van Lenthe; Burdorf, 2016). Red Solidaria (De Brauw, 2011). |
| | Consumo alimentar | Restaurantes populares (Gobato; Panigassi; Villalba, 2010; Buttorff; Trujillo; Diez-Canseco; Bernabe-Ortiz; Miranda, 2015). World Food Programme (Bohada, 2010; Hidrobo; Hoddinott; Peterman; Margolies; Moreira, 2012). Familias en Acción (Attanasio; Battistin; Mesnard, 2012). Progresia (Kronebuschb; Damon, 2019). Oportunidades (Angelucci; Attanasio; Di Maro, 2011). Red de Protección Social (Gitter; Manley; Barham, 2013). Colación BKN (González; Zacarías; Domper; Fonseca; Lera; Vio Del, 2014). Bono de Desarrollo Humano (Poncea; Bedi, 2010; Ponce; Ramos-Martin, 2017). |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No Quadro 3, as evidências e maior número de trabalhos analisados apresentaram efeito das políticas públicas na insegurança alimentar. Conforme o resultado e o tipo de intervenção a seguir:

Quadro 3: Síntese dos estudos incluídos na Revisão com evidências emergentes (limitadas) sobre as Políticas Públicas.

| | Desfecho | Intervenção e informações dos trabalhos |
|-----------|-----------------------|---|
| Emergente | Renda | <p>Programa Nacional de Segurança Alimentar (Nchinda; Thieme; Ankers; Crespi; Ariste, 2011).</p> <p>Programa de Aquisição de Alimentos (Oliveira; Batalha; Pettan, 2017).</p> <p>Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza (Galeano Bate, 2018).</p> |
| | Desnutrição | <p>Programa Bolsa Família (Ford; Lourenço; Cobayashi; Cardoso, 2020; Saldiva; Silva; Saldiva, 2010).</p> <p><i>Cruzada contra el Hambre</i> (Quezada-Sánchez; García-Guerra; Galindo-Gómez; García-Morales; Molina-Vélez; Palacio-Mejía, 2020; Reynoso; Salazar; Esquer, 2016).</p> <p>Programa Nutricional Articulado (Alcázar; Ocampo; Huamán-Espino; Aparco, 2013).</p> |
| | Insegurança alimentar | <p>Restaurantes populares (Bento; Filgueiras; Abreu; Pereira; Gazzinelli, 2016).</p> <p>World Food Programme (Échevin, 2011; Herrán; Patiño, 2015).</p> <p>Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia (Hackett; Melgar-Quiñonez; Taylor; Alvarez Uribe, 2010; Álvarez-Uribe; Estrada-Restrepo; Fonseca-Centeno, 2010; Álvarez-Uribe; Aguirre-Acevedo, 2012).</p> <p>Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (Muñoz Sánchez; Gómez; Lasprilla; Echeverry; Martínez; Valencia; Flórez; Castaño, 2014; Arnés; Astier; González; Díaz-Ambrona, 2014).</p> <p><i>Program of Advancement through Health and Education</i> (Myrie; Robinson, 2013).</p> <p>Programa de Apoyo Alimentario (Vargas e Penny, 2010)</p> <p><i>Cruzada contra el Hambre</i> (Morales Ruán; Bravo Aguilar; Cuevas Nasu; Gómez Humarán; Levy, 2018; Aguilar-Estrada; Caamal-Cauch; Barrios-Puente; Ortiz-Rosales, 2019).</p> <p><i>Cash and Food-for-Work Programs</i> (Echevin; Lamanna; Oviedo, 2011).</p> <p>Oportunidades (Tamez-González; Ruiz-García; Ayala-Guzmán; Ortiz-Hernández, 2018).</p> |
| | Emaciação | Programa Nutricional Articulado (Sobrino; Gutiérrez; Cunha; Dávila; Alarcón, 2014). |
| | Nanismo | Programa Bolsa Família (Oliveira; Cotta; Queiroz Ribeiro; Sant'ana; Priore; Franceschini, 2011. Pacheco; Pedroso; Gonçalves; Cuervo; Rossoni, 2018). |
| | Consumo alimentar | <p>Programa Promoção da Alimentação Saudável (Quizán Plata; Anaya Barragán; Esparza Romero; Orozco García; Espinoza López; Bolaños Villar, 2013).</p> <p>Programa de Alimentação Escolar (Tiborski Cesar; Taconeli; Osório; Schmidt, 2020).</p> <p><i>Proyeto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (Cruz-Sánchez; Muñoz-Rodríguez; Santoyo-Cortés; Martínez-González; Aguilar-Gallegos, 2016).</p> |
| | Renda | Política Fundiária (Bandeira; Sumpsi, 2010). |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No Quadro 4, a representatividade das evidências agrupadas e maior número de

trabalhos publicados demonstrou resultados na insegurança alimentar. Conforme:

Quadro 4: Síntese dos estudos incluídos na Revisão que comprovaram evidências nas Políticas Públicas.

| | Desfecho | Intervenção e informações dos trabalhos |
|--------------------|-----------------------|--|
| Ainda não avaliado | Desnutrição | Programa Comedor Comunitario (Garza; Salvatierra-Izaba; Lomelí; Dosal; Modesto, 2018). Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Fonseca; Patiño; Herrán, 2013). |
| | Insegurança alimentar | Programa Cozinhas Comunitárias (Bandoni; Marchioni; Gerken Brasil; Figueiredo; Sarti, 2010). Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Fonseca; Pachón, 2012). <i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (Bolom Martínez; Figuerola; Blanco Wells; Amtmann Moyano, 2015). |
| | Emaciação | Projeto de restaurantes escolares (Londoño; Ceballos, 2014). <i>Cruzada contra el Hambre</i> (Estrada; Santiago Cruz, 2017). |
| | Nanismo | Oportunidades (García-Parra; Ochoa-Díaz-López; García-Miranda; Moreno-Altamirano; Solís-Hernández; Molina-Salazar, 2016). Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (Galiano; Abril; Ernert; Bau, 2012;). |
| | Mortalidade | Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia [MANA] (Chavez; Cadavid; Torres, 2012). |
| | Consumo alimentar | Programa Cozinhas Comunitárias (Branquinho; Oliveira; Akutsu; Freitas Da Silva, 2015). |
| | Renda | <i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (García; González, 2019). <i>Red de Protección Social</i> (Thomas, 2010). |

Fonte: Elaborado pelos autores.

A busca por implementar políticas públicas de combate à fome para mitigar a insegurança alimentar torna-se atribuída a vários outros fatores, como políticas inadequadas para lidar com os problemas da falta de oportunidades de trabalho, desigualdade, sofrimento e pobreza, falta de políticas compensatórias e de apoio aos setores de produção de alimentos essenciais, ocorrência de condições ambientais extremas (mudanças climáticas), estilos de vida, comportamentos, educação e escolhas humanas nas diferentes interfaces de cada país (Lopes et al., 2020).

Ainda, segundo os resultados encontrados na revisão integrativa, as ações implementadas não tiveram o efeito necessário para mitigar a insegurança alimentar (n = 15), ou seja, não fizeram diferença para a situação da América Latina e do Caribe, especialmente o *Apoyo Alimentario* (Peru) e *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (Colômbia).

Como o caso apresentado por Maxwell *et al.* (2000), ao abordar a situação de insegurança alimentar e da vulnerabilidade da população, devem ser atendidos dois pré-requisitos considerados na América Latina e no Caribe. Primeiro, os formuladores de políticas devem aceitar o fato de que o rápido crescimento urbano foi inevitável na Região e, por isso, a simples resolução dos problemas rurais não resolvem os problemas urbanos.

Em segundo lugar, os formuladores de políticas deveriam ter reconhecido a existência da pobreza urbana. A velha suposição de que, em média, os moradores urbanos eram mais ricos do que os moradores rurais podem estar corretos, mas a pobreza, a insegurança alimentar e a desnutrição cresceram rapidamente em áreas urbanas. As intervenções políticas devem abordar as realidades da dependência da população em recursos financeiros, em alimentos comprados e da necessidade da oferta de emprego.

Na síntese dos outros desfechos foi possível verificar que as intervenções incluídas na revisão tiveram um efeito positivo sobre a desnutrição ($n = 5$), caso em que se destacou o Programa de Alimentação Escolar da Argentina e de Honduras. Com relação à emaciação, as intervenções encontradas na revisão apresentaram efeitos negativos sobre o desfecho. Entre as intervenções analisadas que resultaram em efeitos positivos para o nanismo, destacam-se as políticas de transferência de renda (Programa Bolsa Família – Brasil, *Familias em Accion* – Colômbia e *Red Solidaria* – El Salvador). O Programa de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA), implementado na Colômbia, foi a única intervenção voltada para mortalidade, e que não apresentou resultados positivos (Quadro 1).

As intervenções analisadas conforme os resultados encontrados nos estudos incluídos na revisão apontaram que o Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil apresentou efeitos positivos na renda e no consumo alimentar, isto é, que as ações do PBF voltadas ao combate à fome representaram melhorias no padrão de consumo alimentar e na renda destinada à compra de alimentos. Segundo Regmi e Gehlhar (2005), o consumo de alimentos aumentou em função da disseminação de programas de transferência de renda e, por isso, os padrões de consumo passaram variar entre os países por nível de renda na Região da América Latina e no Caribe.

Nesse tópico, foi agregado um conjunto de iniciativas bastante diversas em suas dimensões dos países da América Latina e do Caribe, mas que possuem como elemento comum a implementação de intervenções de ajuda alimentar, alimentação escolar, acesso a alimentação, distribuição de alimentos ou complementos alimentares, assistência social e desenvolvimento rural em seu centro.

As intervenções de ajuda alimentar passaram a ser implementadas após a adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional na região.

Ajuda alimentar

Nesta revisão foram incluídos 19 trabalhos que avaliaram oito diferentes intervenções de ajuda alimentar distribuídos na América Latina e no Caribe, em que cinco estudos sobre a *Cruzada contra el Hambre* avaliaram três diferentes desfechos, sendo eles: Reynoso, Salazar e Esquer (2016) e Quezada-Sánchez *et al.* (2020) demonstraram que não houve

alteração no índice de desnutrição da população. O trabalho Aguilar-Estrada e Santiago Cruz (2017) não conseguiu avaliar a atuação da intervenção no caso da emaciação; já os resultados dos trabalhos de Morales Ruán *et al.* (2018) e Aguilar-Estrada *et al.* (2019) mostraram-se emergentes com relação à insegurança alimentar.

As quatro pesquisas que avaliaram o efeito do *World Food Programme* sobre a fome encontraram resultados diferentes. Diante disso, dois trabalhos concluíram que o programa não produziu impacto sobre a insegurança alimentar, enquanto os outros dois trabalhos identificaram que o programa foi promissor no consumo alimentar dos beneficiários, ou seja, que tal intervenção mostrou-se emergente no combate à fome.

Os únicos trabalhos encontrados, respectivamente, sobre *Plan de Atención Nacional a La Emergencia Social* e outro sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), apontaram a queda no índice de insegurança alimentar provocado pela atuação de tais intervenções. O único estudo encontrado nessa revisão sobre *Programa de Apoyo Alimentario*, desenvolvido no Peru, não alterou o índice de insegurança alimentar. O trabalho incluído na revisão demonstrou que os Comedores Populares no Peru apresentaram um efeito negativo sobre a insegurança alimentar.

Apenas dois estudos foram incluídos nesta revisão (Bandoni *et al.*, 2010; Branquinho *et al.*, 2015), que avaliaram as unidades de Cozinhas Comunitárias no Brasil, os quais concluíram que a medida não provocou impacto no consumo alimentar. Em razão dos dois estudos disponíveis sobre Restaurantes Subsidiados pelo Governo no Brasil, o restaurante popular foi classificado como promissor para a contribuição do consumo alimentar da população. Os resultados encontrados no trabalho de Oliveira *et al.* (2017) apontaram que a intervenção foi promissora para aumento da renda dos beneficiários da intervenção.

Alimentação escolar

A revisão integrativa localizou sete trabalhos que abordaram o efeito de quatro diferentes intervenções ligadas a alimentação escolar, englobando, nesse caso, situações do Brasil, Argentina, Honduras, Chile, Colômbia e México. Os estudos incluídos nesta revisão de Boland e Brautigam (2010) e Adrogué e Orlicki (2013) avaliaram que as intervenções no âmbito escolar comprovaram queda na desnutrição. Outra pesquisa de Trivellato *et al.* (2019) mostrou-se promissora nos índices de insegurança alimentar. Apenas um estudo analisou o impacto do Projeto de Restaurantes Escolares Comunitários Integrals (Colômbia) e concluiu que não foi possível avaliar o efeito da intervenção sobre a emaciação. Com relação ao consumo alimentar, o trabalho de González *et al.* (2014) encontrou uma intervenção que foi promissora, enquanto o artigo desenvolvido por Tiborski *et al.* (2020) e outro por Quizán *et al.* (2013) demonstraram resultados limitados quanto ao desfecho. Pelo fato de a grande maioria dos estudos encontrarem resultados na mesma

direção, a intervenção foi classificada como promissora para combater a fome.

Acesso à alimentação

Esta revisão localizou seis estudos que avaliaram o impacto do acesso alimentar de três intervenções na América Latina e no Caribe. Um estudo identificou que o Programa Comedor Comunitario produziu uma redução nos índices de insegurança alimentar nos municípios onde foram implantadas, sendo que Caro *et al.* (2018) indicaram que esse impacto foi promissor para o desfecho. Entretanto Muñoz Sánchez *et al.* (2014) apresentaram resultados sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, que mostraram ser emergentes quanto à insegurança alimentar, assim como Fonseca e Pachón (2012) verificaram em sua pesquisa que Programa Colombiano de Bem-Estar da Família não apresentou impacto sobre a insegurança alimentar, ou seja, não foi possível de avaliar tal resultado.

Entre os estudos que avaliaram o impacto do acesso aos alimentos sobre a desnutrição, Fonseca *et al.* (2013) observaram que o Programa Colombiano de Bem-Estar da Família e os autores Garza *et al.* (2018), que estudaram o Programa Comedor Comunitário, não provocou impacto, não sendo, por isso, possível verificar o efeito das intervenções na desnutrição na Colômbia e no México através desses dois estudos. Galiano *et al.* (2012) concluíram que o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional implementado na Colômbia também não apresentou impacto sobre a emaciação no país. Portanto, as intervenções de acesso alimentar podem ser classificadas como não avaliadas nesse contexto de intervenção no combate à fome.

Assistência social

A Revisão encontrou 40 estudos com avaliações de impacto de 14 intervenções ligadas à assistência social implementadas nos países da América Latina e Caribe. As intervenções incluídas nessa revisão integrativa que comprovaram reduções significativas nos níveis de insegurança alimentar foram “*Asignación Universal por Hijo*” na Argentina e “Programa Bolsa Família” no Brasil que contemplam os trabalhos de Piperata *et al.* (2011); Souza *et al.* (2012); Sperandio *et al.* (2017); Anschau *et al.* (2012); Suzart *et al.* (2017); Poblacion *et al.* (2015). Em outro estudo desenvolvido por Neder *et al.* (2015), o Programa Bolsa Família (PBF) mostrou-se promissor para o combate à insegurança alimentar, enquanto outros dois estudos sobre o PBF indicaram evidências sobre a limitada efetividade da intervenção em relação à desnutrição e outros dois trabalhos mostraram esse mesmo resultado para nanismo. Com o aumento da transferência de renda oferecido pelo Programa Bolsa Família, ficou constatado pelos estudos incluídos nessa revisão que houve aumento nos índices de consumo alimentar e de renda dos beneficiários.

O Programa Juntos, implementado no Peru, teve impacto comprovado sobre a desnutrição. O estudo de De Brauw e Peterman (2020) identificou que a *Red Solidaria* teve efeito promissor sobre os indicadores de nanismo, a exemplo do Programa Oportunidades, fazendo a evidência também ser classificada como não avaliada. A análise do subsídio *70 y más* e do Programa dos Direitos dos Nossos Idosos demonstrou redução nos índices de insegurança alimentar, e, por esse motivo, mostraram-se promissores como intervenção na insegurança alimentar.

Os estudos do Programa *Famílias en Acción* encontraram resultados que mostraram uma expressiva redução nos índices de nanismo. Assim, Attanasio *et al.* (2012), com seu trabalho sobre *Famílias en Acción*; Kronebusch e Damon (2019), que pesquisaram sobre Progresá; Angelucci *et al.* (2012) com Oportunidades; Gitter e Barham (2013), numa pesquisa sobre Red de Protección Social; Ponce e Bedi (2010); Ponce e Ramos-Martin (2017), com sua pesquisa sobre *Bono de Desarrollo Humano*, identificaram que o aumento do orçamento do público beneficiário provocou impacto promissor sobre consumo alimentar, enquanto Galeano Bate (2018) constatou que o Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza provocou um promissor aumento na renda dos idosos beneficiários.

Desenvolvimento rural

A revisão integrativa localizou sete avaliações de impacto que abrangeram cinco intervenções ligadas ao desenvolvimento rural dos países da América Latina e do Caribe. Por meio da avaliação de domicílios pertencentes às províncias de Caazas, Las Palmas e São Francisco – no Panamá –, foi constatado que o *Proyecto de Mejora del Consumo y Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas* provocou uma redução estatisticamente significativa dos índices de insegurança alimentar, sendo a intervenção classificada como promissora para tal desfecho. Em relação aos resultados apresentados pelo trabalho de Arnés *et al.* (2019), estes encontraram um impacto limitado da intervenção para reduzir a insegurança alimentar, enquanto o estudo de Bolom Martinez *et al.* (2015) identificou uma intervenção que não produziu impacto e, por isso, a intervenção foi classificada como não avaliada para reduzir a insegurança alimentar.

Em ambas as intervenções, a revisão verificou um impacto limitado para melhorar o consumo alimentar. Pelo fato de ter apenas um estudo incluído, a intervenção *National Food Security Program* foi classificada como promissora na contribuição da renda da população. Entretanto, o desenvolvimento da Política Fundiária na Guatemala conseguiu atribuir um efeito limitado na renda dos agricultores e, ainda, em outro estudo sobre o PESA desenvolvido por García e González (2019) não foi possível avaliar o efeito da intervenção sobre a renda.

Os resultados das áreas referenciadas na revisão integrativa

Na sequência, destacamos o efeito das intervenções de programas ou de políticas nacionais de Segurança Alimentar adotadas pelos países e implementadas de modo multidisciplinar nos setores públicos identificados em vários estudos. Para tal intento foram necessários múltiplos fatores, dependendo de instituições como Estado, organizações não-governamentais, movimentos sociais e sociedade em geral para buscar políticas públicas que intervenham em temas como pobreza, saúde, educação, trabalho e geração de empregos, desenvolvimento rural, tecnologia, pesquisa, suporte direto em estado de vulnerabilidade e fome.

A categoria das intervenções de transferência de renda entre o período de 2010 a 2020 foram articuladas em ações estruturantes voltadas às causas da fome, que se tornaram políticas públicas consideradas eficazes no campo da segurança alimentar e nutricional ao proporcionarem um novo impulso à disseminação do conhecimento científico. Nesse caso, os resultados encontrados na revisão integrativa demonstraram que as intervenções *Asignación Universal por Hijo* (Argentina) e o Programa Bolsa Família (Brasil) tiveram um efeito positivo comprovado sobre a insegurança alimentar. A exemplo do autor Albuquerque (2009), ao assumir que a política funciona como uma ponte entre os problemas e/ou as soluções concretas para necessidades públicas, as pesquisas acadêmicas evidenciaram articulações que tiveram implicações importantes para políticas públicas. As avaliações da situação de segurança alimentar de grupos populacionais ou de ações governamentais para enfrentar a fome no Brasil e na Argentina buscaram em resposta atender aos padrões de consumo de alimentos (fontes de acesso aos alimentos) e padrões nutricionais.

Entre os estudos analisados na revisão, observou-se que as intervenções de ajuda alimentar, alimentação escolar e transferência de renda, como: *Programa of Advancement through Health and Education* (Jamaica), *70 y más* (México), Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil), *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social* (Uruguai), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil), *Programa de Comedor Comunitario* (México), *Proyecto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas* (Panamá), Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (El Salvador) demonstraram uma dinâmica de melhorias (promissora) com relação à insegurança alimentar. Devido à vulnerabilidade e à insegurança alimentar nos países da América Latina e Caribe, existem outros fatores que podem impactar a divulgação e a produção de intervenções de segurança alimentar.

Dessas, destacam-se as intervenções existentes resultantes de ações governamentais, o que pode explicar o maior volume de informações sobre iniciativas públicas de segurança alimentar em países em desenvolvimento. O México é um dos países com o maior número de iniciativas para enfrentar a insegurança alimentar e um dos países que

dispõe de mais recursos em nível público. Em geral, algumas políticas públicas são desenvolvidas ou implementadas pelos governos nacionais em cooperação com as agências da Nações Unidas e os exemplos mais importantes são os programas nacionais de segurança alimentar, desenvolvidos pelos governos locais com o apoio da FAO. Assim, os resultados demonstram uma correlação significativa entre os planos globais de segurança alimentar e nutricional comuns.

Os resultados evidenciaram que a atuação do Programa Restaurante Popular (Brasil), Cozinhas Comunitárias (Brasil), *World Food Programme* (Colômbia, Haiti), *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia*, (MANA/Colômbia), Programa de *Apoyo Alimentario* (Peru), *Cash and Food-for-Work Programmes* (Haiti), Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Colômbia) e Oportunidades (México) apresentaram efeito limitado com relação à insegurança alimentar. Do ponto de vista da pesquisa empírica, ao propor-se demonstrar a atenção limitada às questões de evidências sobre o quê e para que a intervenção foi implementada, e a experiência na América Latina e no Caribe mostrou que os estudos foram apenas parcialmente apoiados por evidências e que, ao fazê-lo, eles alcançaram resultados limitados sobre a insegurança alimentar. A capacidade de análise da fome, da escassez de alimentos e das políticas públicas de erradicação da fome têm escopo limitado para o atendimento dos indivíduos que vivem essa realidade.

A revisão integrativa encontrou estudos sobre insegurança alimentar em que os resultados demonstraram que as intervenções, analisadas a partir de 2010, não foram avaliadas quanto ao seu efeito na população. Assim, quando houve pouca confiança na estimativa de efeito do Programa Cozinhas Comunitárias (Brasil), Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Colômbia) e *Programa Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (México).

A gestão dessas políticas tem enfrentado críticas devido aos processos decisórios dos gestores, que muitas vezes se baseiam em fatores não divulgados ou sensíveis, o que prejudica a efetividade da política pública e pode até inviabilizá-la durante sua implementação (Santos *et al.*, 2015). Conforme Souza *et al.* (2012), vale ressaltar que os beneficiários de programas de transferência de renda já se enquadram na categoria de famílias de baixa renda e sob maior vulnerabilidade a privações alimentares, e, portanto, as suas condições os colocam em risco de insegurança alimentar.

A revisão encontrou apenas um trabalho que tratou sobre a temática mortalidade, num estudo que foi desenvolvido sobre o *Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (Colômbia), cujo resultados não conseguiram avaliar o efeito da intervenção sobre o desfecho. A mortalidade infantil tornou-se um sintoma de um problema fundamental, que, por sua vez, evidenciou o uso desigual das ações do vasto território que se estende pela América Latina e Caribe. Por isso, falar do contexto da “subalternidade

alimentar” de uma população é também falar da supressão das condições mínimas de sua expressão social. Segundo Belik (2006), a fome não apenas se confunde com a pobreza, mas tornou-se a pior manifestação da pobreza, levando a graves problemas de desnutrição, com impacto na mortalidade infantil, expectativa de vida e causando doenças crônicas em parte da população.

As intervenções tiveram um efeito positivo sobre desnutrição em cinco estudos incluídos na revisão, caso em que se destacou o *Programa Comedores Escolares* da Argentina e *School Nutrition Program* de Honduras, com atuações comprovadas sobre a redução de tal desfecho. Embora a desnutrição tenha sido um problema comum em Honduras, foi observado ser mais habitual nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. A interferência da atuação positiva em tal desfecho foi um fenômeno decorrente da inserção social, acesso a cuidados de saúde, habitação e renda adequadas em ambos os países. No entendimento de Valente (2003), a sua efemeridade ocorre devido ao estado de inclusão social soberana em meio à questão nutricional nos países da América Latina e Caribe. Contudo, a pouca ênfase dada ao combate à desnutrição crônica que permaneceu em Honduras e na Argentina acabou influenciando nos bons resultados obtidos no combate à desnutrição mais leve devido a sua abordagem intersetorial das intervenções de combate à fome.

Esses quatro estudos: Programa de distribuição de leite fortificado (México), Programa Bolsa Família (Brasil), Programa Integral de Nutrição (Peru) e Programa Juntos (Peru), foram incluídos na pesquisa porque mostraram resultados relevantes (promissores) sobre a desnutrição. No contexto da saúde pública, as variáveis nutricionais fornecidas pelo Programa Integral de Nutrição (PIN) foram importantes para romper a prevalência de desnutrição infantil no Peru. No estudo realizado por Beltrán e Seinfeld (2011) concluíram com seus resultados que Programa Integral de Nutrição compõem a estratégia de nutrição do governo foi uma forma eficaz de reduzir a desnutrição. Além dessa experiência, uma alternativa já reconhecida por organismos internacionais, e que tem sido apontada como promissora no Brasil, vem justificar a existência de uma realidade rica de conhecimentos, práticas e biodiversidade a serem acionados para a busca da segurança alimentar de parcela significativa da população brasileira.

Os dois estudos incluídos que avaliavam o efeito do *Programa Cruzada contra el Hambre* (México) evidenciaram que o programa apresentou evidências limitadas (emergente) com relação a desnutrição, e o mesmo ocorreu com o Programa Bolsa Família (Brasil). A este respeito, é de suma relevância ressaltar que as evidências sobre a ação governamental voltada às intervenções de transferência de renda foram paulatinamente desmontadas nesse campo, de tal modo que não houve uma intervenção que tenha conseguido suprir esse *déficit* na desnutrição de modo efetivo ao considerar a atuação no combate à fome ao longo do tempo na América Latina e no Caribe. As políticas existentes foram

consideradas insuficientes, fragmentadas e localizadas, devido ao fato de centrarem-se basicamente na transferência de valores monetários de montante escasso para alterar o quadro de miséria envolvendo a desnutrição das famílias beneficiárias.

As evidências encontradas nos estudos apontaram que não foi possível avaliar o efeito do *Programa de Comedor Comunitario* (México), *Programa Colombiano de Bem-Estar da Família* (Colômbia) e *Programa Nutricional Articulado* (Peru) na desnutrição. Conforme Freitas (2003), a natureza da fome sucumbiu ao determinismo social, o qual foi ignorado no discurso médico hegemônico e posteriormente minimizado no termo desnutrição. O foco biológico primário foi distanciando gradativamente as questões sociais daquelas relacionadas ao corpo, fazendo desaparecer a condição humana ou excluir o organismo para manter supostos objetivos científicos.

As intervenções como *Familias em Acción*, da Colômbia, e programa *Red Solidaria*, de El Salvador, incluídas nessa categoria, tiveram resultados relevantes (classificação “promissor”) sobre o efeito das intervenções no nanismo. As crianças de domicílios em situação de fome costumavam apresentar desnutrição, baixa frequência alimentar e baixo escore de diversidade alimentar. A baixa frequência foi associada ao nanismo devido ao baixo peso e magreza definido para idade da criança. Os estudos referentes ao nanismo apresentaram características sobre o problema associadas à baixa frequência de alimentação, referente às condições de renda, baixa escolaridade materna e da cuidadora, insegurança alimentar/nutricional e infecções respiratórias agudas.

Considerações finais

A análise das intervenções de combate à fome em vigência no período de 2010 a 2020 na América Latina e no Caribe permitiu a formulação de diversas perguntas, bem como possibilitou algumas constatações. A primeira verificação é que as intervenções de combate à fome que estiveram em vigência já trazem consigo muitos contornos de ações e estratégias já desenvolvidas ao longo período. No entanto, existe uma permanência diferente da problemática em cada país. Muitas dessas problemáticas, incluindo a fome, são consideradas fatores limitantes ao incremento em países em desenvolvimento.

Apesar dos avanços observa-se que a fome ainda é imprecisa quantitativamente, o que tem implicações no resultado das pesquisas de evidência, nos seus números e na soma desse fato permanecer como tema muitas vezes oculto nos debates políticos. Isso repercute na invisibilidade do fenômeno da fome, o que se tornou um problema maior, relacionado tanto ao perfil e número de famintos, como à própria terminologia utilizada de insegurança alimentar, o que, por vezes, suaviza e oculta a verdadeira face da fome.

No mesmo sentido antes apontado, as políticas de combate à fome na América

Latina e no Caribe foram profundamente influenciadas pelo conceito de insegurança alimentar. Essa noção já está bastante consolidada no Brasil e fortaleceu-se cada vez mais diante do fenômeno da fome em outros países. Nesse sentido, observa-se, nesta revisão, a diversidade de programas promissores nas suas ações que estiveram em vigência entre 2010-2020. Contudo, o viés imediatista de resolver o problema da fome com acesso aos alimentos permaneceu mais expressivo e consolidado entre os países, destacando-se as intervenções de transferência de renda ou de transferência monetária. Esses aspectos demonstraram a fragilidade do tema da fome enquanto política pública estratégica de governo.

Os países como Brasil, México e Colômbia destacaram-se por possuir uma maior quantidade de intervenções e uma maior diversidade delas implementadas durante o período analisado neste estudo. Em vários estudos examina-se o impacto de programas ou políticas nacionais de Segurança Alimentar implementadas pelos países e executadas de forma multidisciplinar no setor público. Essas intervenções envolvem a colaboração de diversas entidades, incluindo o Estado, organizações não governamentais, movimentos sociais e sociedade em geral, a fim de desenvolver políticas públicas que abordem questões cruciais como pobreza, saúde, educação, emprego, desenvolvimento rural, tecnologia, pesquisa e assistência direta a populações vulneráveis que sofrem com a fome.

As evidências mais consistentes em relação ao efeito positivo sobre o combate à fome encontradas por essa revisão dizem respeito a intervenções de transferência de renda, tendo como carro chefe o Programa Bolsa Família implementado no Brasil. A transferência de renda amenizou o problema da escassez alimentar vivenciada pelas famílias, contudo pouco estimulou forma justas e dignas de acesso aos alimentos, a não ser pelo meio monetário, que se tornou um modo temporário para prover alimentação de todos os membros da unidade doméstica em quantidade e qualidade adequadas. As pesquisas empíricas têm comprovado que quanto mais industrializado e maior a renda per capita dos países, maiores são os investimentos em políticas sociais e programas de transferência de renda, e por conseguinte, menores os índices de desigualdade e pobreza.

Referências

ADROGUÉ, C.; ORLICKI, M. E. In-school feeding programs have an impact on academic performance? The case of public schools in Argentina **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 50, p. 1-20, enero, 2013.

AGUILAR ESTRADA, A. E.; CRUZ, M. J. S. Heterogeneidad del ingreso en los municipios de la Cruzada Nacional contra el hambre. **Estudios Políticos**, n. 42, p. 145-170, sep./

dic., 2017.

AGUILAR-ESTRADA, A. E.; CAAMAL-CAUICH, I.; BARRIOS-PUENTE, G.; ORTIZ-ROSALES, M. Á. ¿Hambre en México? Una alternativa metodológica para medir seguridad alimentaria Estudios sociales. **Revista de alimentación contemporánea y desarrollo regional**, v. 29, n. 53, s/p, 2019.

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 6, p. 895-903, nov./dez., 2009.

ANGELUCCI, M.; ATTANASIO, O.; DI MARO, V. The Impact of Oportunidades on Consumption, Savings and Transfers. **Fiscal Studies**, v. 33, n. 3, p. 305-334, set. 2012.

ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 2, p. 177-189, mar./abr., 2012.

ARNÉS, E.; ASTIER, M.; GONZÁLEZ, O. M.; DÍAZ-AMBRONA, C. G. H. Participatory evaluation of food and nutritional security through sustainability indicators in a highland peasant system in Guatemala. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 5, p. 482-513, 2019.

ATTANASIO, O. P.; BATTISTIN, E.; MESNARD, A. Food and cash transfers: evidence from Colombia. **The Economic Journal**, n. 7326, p. 1-46, mar., 2012.

BANDONI, D. H.; MARCHIONI, D. M. L.; BRASIL, B. G.; FIGUEIREDO, I. C.; SARTI, F. M. O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. **Nutrire - Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, v. 35, n. 1, p. 15-27, abr. 2010.

BELIK, W. As várias dimensões da Fome. **Jornal da Unicamp**, s/n., p. 2, jun. 2006.

BOERS, M. Graphics and statistics for cardiology: designing effective tables for presentation and publication. **Heart**, v. 104, p. 192-200, 2018.

BOLAND, M.; BRAUTIGAM, A. Economic analysis of options for food aid policy in

Honduras. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 13, n. 2, p. 51-68, 2010.

BOLOM MARTÍNEZ, S.; FIGUEROLA, F. E.; BLANCO WELLS, G.; AMTMANN MOYANO, C. Evaluación del proyecto estratégico de seguridad alimentaria em la microrregión cafetalera zona altos de Chiapas. **Agroalimentaria**, v. 21, n. 41, p. 37-52, jul./dic., 2015.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai./ago. 2011.

BRANQUINHO, S. A.; OLIVEIRA, K. E. S.; AKUTSU, R. C.; SILVA, E. F. Socio demographic and health profile of clientes of community restaurants of brazilian social programs. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 42, n. 1, p.14-22, 2015.

CARO, F. B.; HERNÁNDEZ, E. Y. R.; FAJARDO, K. D. G.; VIVEROS, S. S.; TORRES, R. M. Nivel de Seguridad Alimentaria en beneficiarios de Comedores Comunitarios del programa Cruzada Nacional contra el Hambre (México). **Revista Española de Nutrición Comunitaria**, v. 24, n. 3, p.117-124, 2018.

CHONCHOL, J. **El desafío de la comida: el hambre em el mundo**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

DE BRAUW, A.; PETERMAN, A. **Can conditional cash transfers improve maternal health and birth outcomes?** Evidence from El Salvador's Comunidades Solidarias Rurales. Washington, DC, United States: International Food Policy Research Institute, 2011.

ENGELHARD, E.; HAKE, M. **Food Security Evidence Review: key drivers and what works to improve food security**. Chicago: Available from Feeding America, 2020.

FONSECA, C. Z. Y.; PATINO, B. G. A.; HERRAN, F. O. F. Desnutrição e segurança alimentar: um estúdio multinível. **Rev. criança. nutr**, v. 40, n. 3, p. 206-215, set. 2013.

FONSECA, S. M. P.; PACHÓN, H. Factores asociados con la seguridad alimentaria en un Municipio Rural del norte del Cauca. **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, v. 62, n. 3, p. 227-233, 2012.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da fome**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDU-

FBA, 2003.

GALEANO BATE, S. L. Mejoramiento de la Calidad de vida de los beneficiários del Programa de Pensión Alimentaria para Adultos Mayores en situación de pobreza en la Colonia Indígena La Promesa en el Departamento de Presidente Hayes. **Población y Desarrollo**, v. 25, n. 48, p. 20-27, 2019.

GALIANO, L. P.; MANRIQUE ABRIL, F.; ERNERT, A.; BAU, A. M. The double burden of malnutrition and its risk factors in school children in Tunja. **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, v. 62, n. 2, p. 119-126, 2012.

GARZA, N. P.; SALVATIERRA-IZABA, B.; LOMELÍ, C. B. Z.; DOSAL, A. T.; MODESTO, A. M. Impacto del Programa Comedores Comunitarios SINHAMBRE sobre la desnutrición en Chiapas rural mediante el enfoque de Seguridad Alimentaria. **Población y Salud en Mesoamérica**, v. 16, n. 1, p. 44-76, Jul./Dic., 2018.

GITTER, S. R.; BARHAM, J. M. B. L. Early-Childhood Nutrition and Educational Conditional Cash Transfer Programmes. **The Journal of Development Studies**, v. 49, n. 10, p. 1397-1411, 2013.

GONZÁLEZ, G. C. G.; ZACARÍAS, H. I.; DOMPER, R. A.; FONSECA, M. L.; LERA, M. L.; VIO DEL, R. F. Evaluación de un programa de entrega de frutas con educación nutricional em escuelas públicas rurales de la Región Metropolitana, Chile. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 41, n. 3, p. 228-235, 2014.

HEAD, B. W. Thre elenses of evidence-based policy. **The Australian Journal of Public Administration**, v. 67, n. 1, p. 1-11, 2008.

KRONEBUSCHB, N.; DAMON, A. The impact of conditional cash transfers on nutrition outcomes: Experimental evidence from Mexico. **Economics and Human Biology**, v. 33, p. 169-180, 2019.

LOPES, S. O.; PAIXÃO, M. Q.; SANTOS, R. H. S. A (in) sustentabilidade produtiva e a (in) Segurança Alimentar e Nutricional. In: MORAIS, D. C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa: UFV, 2020. p. 279-291.

LÓPEZ GARCÍA, A. C.; DÍAZ GONZÁLEZ, H. H. Implementación del Programa Especial de Seguridad Alimentaria en México y Guatemala. **Revista CIMEXUS**, v. 14, n.1, p. 34-57, 2019.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014.

MAYO-WILSON, E.; LI, T.; FUSCO, N.; DICKERSIN, K.; MUDS investigators. Practical guidance for using multiple data sources in systematic reviews and meta-analyses (with examples from the MUDS study). **Research Synthesis Methods**, v. 9, n. 1, p. 2-12, mar. 2018.

MILLÁN SMITMANS, P. **Terminar com el hambre**: seis políticas públicas claves. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Educa, 2014.

MORALES RUÁN, M. C.; VALENZUELA BRAVO, D. G.; JIMÉNEZ AGUILAR, A.; CUEVAS NASU, L.; MÉNDEZ, G. I.; SHAMAH, L. T. Diversidad de la dieta en mujeres que habitan en inseguridad alimentaria en México, beneficiarias de un programa de ayuda alimentaria. **Nutr Hosp**, v. 35, p. 408-415, 2018.

MUÑOZ SÁNCHEZ, L. P.; VANEGAS GÓMEZ, D.; MOLINA LASPRILLA, K.; LONDOÑO ECHEVERRY, Á. M.; MARTÍNEZ, J. W.; MUÑOZ VALENCIA, J.; FLÓREZ, H. A.; CASTAÑO, M. I. Nivel de seguridad alimentaria en algunas familias campesinas de Risaralda (Colombia). **Investigaciones Andina**, v. 16, n. 29, p. 1016-1028, sep. 2014.

NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 01, p. 051-070, Jan/Mar 2015.

OLIVEIRA, L. G.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. **Ciência Rural**, v. 47, n. 1, p. 1-6, 2017.

PINTO, J. **Direito à alimentação e segurança alimentar nos países da CPLP**: Diagnóstico Base. Roma: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 2011.

PIPERATA, B. A.; SPENCE, J. E.; DA-GLORIA, P.; HUBBE, M. The nutrition transition in

Amazonia: rapid economic change and its impact on growth and development in Ribeirinhos. **American Journal of Physical Anthropology**, v. 146, p. 1-13, 2011.

POBLACION, A. P.; MARÍN-LEÓN, L.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; SILVEIRA, J. A.; TADDEI, J. A. A. C. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. **Caderno de Saúde Pública**, v. 30, n. 5, p. 1067-1078, mai./2014.

PONCE, J.; BEDI, A. S. The impact of a cash transfer program on cognitive achievement: The Bono de Desarrollo Humano of Ecuador. **Economics of Education Review**, v. 29, n. 1, p. 116-125, 2010.

PONCE, J.; RAMOS-MARTIN, J. Impacto de duas intervenções políticas sobre a diversidade alimentar no Equador. **Nutricionista de Saúde Pública**, v. 20, n. 8, p. 1473-1480, jun. 2017.

QUEZADA-SÁNCHEZ, A. D.; GARCÍA-GUERRA, A.; GALINDO-GÓMEZ, C.; GARCÍA-MORALES, C.; MOLINA-VÉLEZ, D.; PALACIO-MEJÍA, L. S. Mala nutrición a nivel municipal en población preescolar mexicana y cobertura del Programa Nacional México Sin Hambre. **Salud Publica Mexico**, v. 62, p. 279-287, 2020.

QUIZÁN PLATA, T.; ANAYA BARRAGÁN, C.; ESPARZA ROMERO, J.; OROZCO GARCÍA, M. E.; ESPINOZA LÓPEZ, A.; BOLAÑOS VILLAR, A. V. Efectividad del programa Promoción de alimentación saludable en estudiantes de escuelas públicas del estado de Sonora **Estudios Sociales**, v. 21, n. 42, p. 175-203, jul./dic., 2013.

REGMI, A.; GEHLHAR, M. New Directions in Global Food Markets United States Department of Agriculture. In: REGMI, A.; GEHLHAR, M. (editors) **Report from the Economic Research Service Agriculture Information Bulletin**. USDA: New Directions in Global Food Markets, 2005.

REYNOSO, L. H.; SALAZAR, R. L.; ESQUER, M. R. P. El Programa de Apoyo Alimentario y la política social integral en la Cruzada contra el Hambre en México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, ano LXI, n. 227, p. 379-408, may./ago., 2016.

SANTOS, L. N.; CARNEIRO, D. F.; SCHMIDT, S. T.; BEZERRA, I. Estratégias de acesso aos alimentos pelas famílias titulares de direito do Programa Bolsa Família. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 8, n. 2, p. 84-94, 2015.

SARMENTO, F. **Condicionantes históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe.** 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

SOUZA, N. N.; DIAS, M. M.; SPERANDIO, N.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 655-662, dez. 2012.

SPERANDIO, N.; RODRIGUES, C. T.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1771-1780, jun. 2017.

STOVOLD, E.; BEECHER, D.; FOXLEE, R.; NOEL-STORR, A. Study flow diagrams in Cochrane systematic review updates: an adapted PRISMA flow diagram. **Systematic Reviews**, n. 3, p. 54, 2014.

SUZART, A. S.; FERREIRA, A. P.; LEMOS, G. C. S. M.; CORREA, G. T. B.; BONFATTI, R. J.; OLIVEIRA, M. H. B. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 699-715, jul./set. 2017.

TIBORSKI CESAR, J.; TACONELI, C. A.; OSÓRIO, M. M.; SCHMIDT, S. T. Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 3, p. 977-988, 2020.

TRIVELLATO, P. T.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C.; SANTOS, R. H. S.; COSTA, B. A. L. Food and nutrition (in)security in families of farmers who supply the National School Feeding Program. **Revista de Nutrição**, v. 32, p.1-10, 2019.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e sociedade**, v. 12, n. 1, p. 51-60, jan./jun., 2003.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-53, Dec. 2005.

O MARXISMO E A CONTINGÊNCIA DO SOCIAL: DA CRÍTICA LIBERAL AO PÓS-MARXISMO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE

Marxism and the contingency of the social: From liberal criticism to Ernesto Laclau's post-marxism

Hugo Araújo

Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ (PPCIS/UERJ).

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar criticamente, pela perspectiva da teoria filosófica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, como as abordagens liberais de Friedrich Hayek e Richard Rorty confrontaram a teoria marxiana quanto à contingência e indeterminação dos processos sociais. Em um primeiro momento apresentaremos como duas linhagens distintas do pensamento político liberal - aquelas representadas por Friedrich Hayek e Richard Rorty - articularam temas da filosofia da ciência e da teoria política para se contrapor ao tipo de racionalismo histórico implicado na filosofia marxista. Em um segundo momento, traremos para a discussão os argumentos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que, articulando o conceito gramsciano de “hegemonia” com as teorias pós-estruturalistas da linguagem, postulou uma visão renovada do marxismo ao reconhecer o caráter contingente e performativo do social.

Palavras-chave: teoria política; marxismo; liberalismo; pós-estruturalismo; hegemonia

Abstract

This paper aims to carry out a comparative exercise between different approaches to political theory that challenge the Marxist conception according to which social life is based on certain laws of historical development. Firstly, we will put into perspective how two distinct lineages of liberal political thought - those represented by Friedrich Hayek and Richard Rorty - articulated themes from the philosophy of science and political theory to oppose the historical rationalism implied in Marxist philosophy. In a second moment, we will bring to the discussion the argument of Ernesto Laclau, who, articulating the Gramscian concept of “hegemony” with post-structuralist theories of language, postulated a renewed vision of Marxism by recognizing the contingent and performative character of the social.

Keywords: political theory; marxism; liberalism; post-structuralism; hegemony

Introdução

As teses e prognósticos de Karl Marx e Friedrich Engels sobre a dinâmica das sociedades capitalistas que emergiam e se consolidavam na Europa Ocidental do século XIX irromperam como uma das grandes novidades intelectuais e políticas daquela época. A proposta de uma concepção científica do socialismo nutria-se do clima de entusiasmo com o avanço de descobertas científicas em inúmeras áreas, sobretudo no campo das ciências da natureza, com a publicação de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin. A doutrina do “socialismo científico”, tal como nomeada por Engels (1880), ganhou adeptos nos diversos partidos e organizações de cunho operário na Europa e no mundo, influenciando toda uma geração de intelectuais, dirigentes e formuladores políticos que moldaram o movimento comunista internacionalmente ao longo de todo o século XX, tais como Lenin, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Trotsky, Stalin, entre outros.

Apoiada sobretudo no cientificismo da crítica da economia política nas obras de maturidade de Marx, a concepção materialista da história defendida pelo filósofo alemão e seus herdeiros, é marcada por um fundacionismo originário, segundo a qual a infraestrutura econômica da sociedade, o terreno daquilo que ele denomina de relações de produção, operaria como um ponto de origem do social no qual tudo deveria se referenciar. A infraestrutura econômica seria, portanto, o terreno de uma realidade objetiva alheia a qualquer tipo de mistificação da realidade objetiva de suas leis de movimento:

na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [...]. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo (Marx, 1977, p. 301-302)

Desse fundacionismo marxiano decorre uma série de antinomias que marcam o arcabouço teórico-conceitual do autor, tais como infraestrutura e superestrutura,

emancipação humana e emancipação política, e realidade e ideologia (Marx, 2007, 2010, 2023).

Se desdobrarmos a ideia de que uma dada realidade histórica aparece na consciência dos homens como algo diferente do que ela realmente é, somos conduzidos a uma concepção mecanicista e mesmo positivista do desenvolvimento histórico. Isso porque, na medida em que há uma estrutura econômica operando à revelia das formas ideológicas que se manifestam na sociedade, todo movimento assume a forma de uma necessidade histórica destinada a fazer os homens adquirirem consciência dessa realidade infraestrutural oculta. Uma vez conhecida, essa infraestrutura revelaria interesses que operariam como o princípio unificante da única identidade possível de ser levada em conta: a identidade de classe.

Ao longo do século XX, essas concepções germinais contidas na teoria marxiana passaram a receber críticas de inúmeras correntes de pensamento que questionavam esse estatuto de cientificidade postulado por toda uma geração de pensadores marxistas. Do liberalismo austríaco ao pós-estruturalismo francês, diversos pensadores questionavam a racionalidade com a qual o dito socialismo científico pretendia instituir uma nova ordem social.

Diante disso, a proposta deste trabalho é analisar, pela perspectiva da teoria filosófica da política de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a instituição política do social em comparação às distintas abordagens liberais defendidas por Friedrich Hayek e Richard Rorty. O conceito de “social” aqui utilizado corresponde àquilo que Laclau (2013) e Laclau e Mouffe (2015) definiram como um espaço discursivo politicamente instituído através de uma dada relação hegemônica. Já a ideia de “hegemonia” implicada no conceito é extraída de Gramsci (2007, p. 41), que a define como uma unidade intelectual e moral que, pondo todas as questões em torno das quais fervem as lutas não em um plano “universal”, estabelece assim o predomínio de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. Ao fim, pretendemos responder se há conciliação possível entre essa corrente de pensamento e uma perspectiva não-fundacionista do social.

O trabalho está dividido em três partes. Nas duas primeiras trataremos das críticas de duas vertentes distintas do pensamento político liberal aos fundamentos políticos e epistemológicos do pensamento marxista, a saber, o evolucionismo cético de Friedrich Hayek e o pragmatismo de Richard Rorty. Já a terceira e última sessão será dedicada ao pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe que, articulando o conceito de “hegemonia” de Antonio Gramsci à premissa pós-estruturalista do caráter performativo da linguagem, estabeleceu as bases de uma teoria “pós-marxista”.

O liberalismo de Friedrich Hayek: individualismo, contingência e a espontaneidade da ordem de mercado.

Fortemente influenciado pelos debates epistemológicos do Círculo de Viena, o liberal austríaco Friedrich Hayek se notabilizou por uma trajetória intelectual voltada para o desenvolvimento de uma teoria que embasasse a sociedade de mercado enquanto modelo político-normativo. Articulando temas da filosofia da ciência e da teoria política, as bases intelectuais do pensamento de Hayek remontam ao século XVIII, mais especificamente à tradição do iluminismo escocês. Consagrada por pensadores como David Hume, Adam Smith e Adam Ferguson, esta linhagem filosófica propunha uma compreensão da realidade baseada em um empirismo radical, onde o ordenamento do mundo é compreendido a partir da observação sensível da experiência e não de modelos abstratos que enfatizam a razão como base absoluta da normatividade.

Ao contrário dos jusnaturalistas e dos contratualistas, esses autores foram buscar os princípios morais que regulam a convivência humana não em consensos racionalmente estabelecidos, mas nos sentimentos, nas paixões, nos costumes. Para eles, as paixões não são apenas disruptivas e conflitivas, não possuem apenas efeitos desagregadores, elas também engendram processos de identidade e pertencimento, se enquadrando dentro de uma economia dos deveres morais capaz de fundar uma comunidade política. Nesse contexto, a consolidação da autoridade e do poder político dependem não do consentimento da comunidade, mas sim da reafirmação de sua legitimidade através do hábito e da tradição.

O ceticismo desta abordagem resulta do estranhamento da ideia de uma comunidade política transparente para si mesma, racionalmente fundada sobre um consenso onisciente acerca dos interesses sobre os quais deve agir. Essa rejeição da razão como princípio ordenador indica um contraste com a perspectiva contratualista do liberalismo político e lança as bases do liberalismo econômico *laissez-fariano*. Ora, se o poder político não se estabelece a partir do consentimento, mas sim através do hábito e da obediência, o que funda o laço político não é a ideia de interesse, mas a de *norma*. Logo, a atribuição do Estado não deveria ser a busca de um interesse comum - de uma vontade geral nos termos de Rousseau-, mas sim garantir as condições ideais para manutenção da paz e da estabilidade social.

Não é por acaso que Hayek tenha Rousseau como um de seus principais adversários intelectuais, atribuindo a ele um papel precursor na conformação do que denominou de construtivismo. Em sua obra *Direito, Legislação e Liberdade*, Hayek distingue duas maneiras de conceber a estrutura das atividades humanas. A primeira seria a perspectiva construtivista, que concebe o princípio da intencionalidade como força motriz de todo ordenamento e progresso humano. A segunda, a qual Hayek se filia, é denominada por ele

de evolucionismo, e considera que a ordem dos homens é um efeito não intencional de costumes e tradições que se consolidaram adaptando-se a diferentes circunstâncias contingentes. A esse tipo de ordem humana decorrente da evolução não planejada de normas e costumes, Hayek dá o nome de *ordem espontânea* (Hayek, 1985, p. 38 et seq.).

Para Hayek (1985, p. 7), “nossa civilização se funda, e deve fundar-se, na nossa confiança em muito do que não podemos saber ser verdadeiro no sentido cartesiano”. O erro das diferentes linhagens de pensamento construtivistas, tais como as de Rousseau e Marx, seria, portanto, confiar demasiadamente na capacidade do entendimento humano de ter o domínio de todas as variáveis que incidem sobre o ordenamento social e, a partir daí, estabelecer uma escala única de objetivos segundo a qual o Estado e a sociedade deveriam se nortear:

O erro característico dos racionalistas construtivistas a esse respeito é tenderem a fundamentar sua argumentação no que foi chamado de ilusão sinótica, ou seja, na ficção de que todos os fatos relevantes são conhecidos por alguma mente e que é possível construir, a partir desse conhecimento dos fatos particulares, uma ordem social desejável. (Hayek, 1985, p. 9)

A leitura hayekiana, ao contrário, postula a ideia de uma sociedade não planejada, movida não pela intencionalidade de uma finalidade única, mas por uma multiplicidade de finalidades distintas e incomensuráveis que só têm um sentido parcial e localizado para os indivíduos que a perseguem. A expressão mais bem acabada desse tipo de sociedade advogada por Hayek é o próprio livre mercado, onde os agentes se auxiliam mutuamente na consecução de seus objetivos, mesmo que eles sejam diferentes entre si. Sendo a integração da sociedade um efeito espontâneo e não intencional de finalidades individuais atomizadas, a própria instituição do social, enquanto um conjunto de práticas e agenciamentos coletivamente mediados, se torna precário e limitado. Portanto, a contingência da ordem social, em Hayek, se torna a expressão máxima de um individualismo alheio à definição de qualquer vontade geral em sentido rousseauiano:

[...] a ordenação da sociedade, que muito aumentou a eficácia da ação individual, não se deveu apenas a instituições e práticas criadas e inventadas para tal fim; ao contrário, resultou basicamente de um processo denominado, primeiro “crescimento” e, mais tarde, evolução, processo no qual práticas a princípio adotadas por outras razões, ou por mero acaso, foram preservadas por terem permitido ao grupo em que surgiram preponderar sobre os demais (Hayek, 1985, p. 2-3)

Destaca-se como a ideia de “preponderância” utilizada pelo autor aponta para uma

aplicação literal da noção darwinista de seleção natural às dinâmicas sociais. No entanto, Hayek não foi o primeiro a aproximar os postulados morais do liberalismo ao evolucionismo de Charles Darwin. Já no século XIX, o pensador liberal Herbert Spencer já havia buscado traçar paralelos entre o progresso da humanidade e a evolução das espécies, sobretudo ao destacar a primazia da concorrência nas relações sociais entre os indivíduos. Como bem apontado por Dardot e Laval (2016, p. 53):

Spencer vai deslocar o centro de gravidade do pensamento liberal, passando do modelo da divisão do trabalho para o da concorrência como necessidade vital. Esse naturalismo extremo, além de satisfazer interesses ideológicos e explicar lutar comerciais ferozes entre empresas e entre economias nacionais, faz a concepção do motor do progresso passar da especialização para a seleção.

O pensamento spenceriano vai influenciar profundamente autores do século XX que, assim como Hayek, postulavam uma renovação do projeto político liberal na sua luta não só contra o socialismo, mas também contra o keynesianismo e o liberalismo utilitário de Jeremy Bentham e Stuart Mill. É dessa renovação do pensamento liberal que surgirá o que ficou conhecido posteriormente como neoliberalismo.

De maneira geral, podemos apontar um conjunto de princípios que orientam a forma como Hayek e a tradição liberal da qual pertence antagoniza com a filosofia marxista. Ele parte de uma teoria do agir humano que enfatiza a não-intencionalidade da ação como princípio de ordenamento de um mundo que deve estar aberto ao acaso, ao imprevisível, à contingência de singularidades individuais que agem apenas sobre as questões particulares que as cercam. A partir desse escopo, o marxismo aparece como uma doutrina cujo racionalismo histórico subverte a espontaneidade da ação humana.

No entanto, essa ideia latente de que há uma espontaneidade que é subvertida parece indicar que o autor substitui um tipo de essencialismo por outro, ao postular um tipo de essência humana ahistórica. Daí decorre um paradoxo entre duas lógicas simultâneas no seu pensamento: uma que enaltece a imprevisibilidade e contingência da história e outra que enfatiza as constantes psicológicas individualistas do agir humano encarnada no arquétipo do *homo economicus*. Tudo que foge a essas constantes aparece como a contaminação de um individualismo inato. Ora, se, em qualquer circunstância, sempre predomina a mesma forma de agir, a ordem espontânea defendida por Hayek se converte em um tipo de automatização da vida social onde sempre prevalece o autocentramento do indivíduo. Dessa lógica se desprende uma concepção excessivamente engessada da vida política, onde está fica condenada a ser um mero registro de restrições morais ao debate público, e não um espaço para a articulação de demandas sociais e propósitos coletivos.

A cientista política estadunidense Wendy Brown (2019, p. 63) assinalou muito

bem como essa rejeição ao estabelecimento de propósitos coletivos fez com que Hayek execrasse a devoção do Estado e da vida política ao bem-estar humano. Desse modo, se assim como Laclau e Mouffe, olharmos o conceito do “social” como o espaço onde os cidadãos são pensados como uma coletividade politicamente instituída por meio de uma relação hegemônica, a contingência da vida social tal como postulada por Hayek constitui a própria impossibilidade desse espaço, pois qualquer unidade intelectual e moral que transcenda o ambiente imediato do indivíduo é encarada como uma subversão racionalista da ordem espontânea. É esse entendimento que Hayek tem do que ele considera uma boa sociedade que faz da própria política democrática uma ameaça à liberdade individual e mesmo ao progresso da civilização.

Superar essa incompreensão do pensamento hayekiano exigiria a formulação de uma perspectiva liberal erigida sob novos postulados epistemológicos que não mais partissem das velhas antinomias entre racionalismo e empirismo, entre razão e experiência, visto que estas, quando levadas até às últimas consequências, atribuem um papel constitutivo a indivíduos atomizados e desistoricizados. Foi apoiado nesse desafio que o filósofo pragmático norte-americano Richard Rorty desenvolveu sua própria concepção liberal da ordem social.

O pragmatismo de Richard Rorty: um novo vocabulário para o liberalismo?

Se a obra de Hayek é marcada pela confluência da teoria política liberal com a epistemologia empirista, a trajetória intelectual de Richard Rorty pode ser definida pela tentativa de articular os princípios normativos do liberalismo político com as reflexões pós-estruturalistas sobre a linguagem e a natureza discursiva da modernidade. Partindo da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein e do pragmatismo de John Dewey, Rorty defendeu a importância da virada linguística para a filosofia, advogando que os problemas filosóficos são, em última instância, problemas de linguagem, não havendo nenhuma instância metafísica exterior à linguagem de onde e sobre a qual a filosofia pudesse falar:

a virada linguística foi útil apesar de tudo, pois ela desviou a atenção dos filósofos do tópico da experiência para a questão do comportamento linguístico. Esse deslocamento ajudou a romper o domínio do empiricismo - e, mais amplamente, do representacionismo. (Rorty, 2009, p. 263)

O representacionismo do qual Rorty fala se caracteriza por uma visão segundo a qual a relação entre linguagem e não linguagem se dá como relação de representação,

onde a primeira é reduzida a um meio de representar e descrever a segunda. Dessa visão instrumental da linguagem decorre a ideia de que a realidade possui uma natureza exterior à consciência humana a espera de ser descoberta ou, trazendo uma problematização recorrente na tradição marxista, uma “determinação em última instância” (Engels, 1890) sobre a qual a linguagem poderia falar, mas nunca agir sobre em decorrência de seu estatuto objetivo.

Rorty almeja superar essa perspectiva afirmando, acima de tudo, a contingência da linguagem, isto é, a ideia de que a linguagem não está fixada em uma verdade exterior a ela mesma, mas que, ao contrário, não pode haver verdade fora de um contexto linguístico, fora de um vocabulário arraigado pelos padrões de socialização de um determinado período histórico. Em suma, a linguagem não é um produto da verdade, mas antes o contrário:

se um dia pudermos conciliar-nos com a ideia de que a maior parte da realidade é indiferente a nossas descrições dela, e não por se expressar adequada ou inadequadamente num vocabulário, teremos ao menos assimilado o que havia de verdadeiro na ideia romântica de que a verdade é construída e não encontrada. O que há de verdadeiro nessa afirmação é apenas que as *linguagens* são feitas, e não descobertas, e que a verdade é uma propriedade de entidades linguísticas, de frases (Rorty, 2007, p. 31)

Sendo a verdade um produto das práticas linguísticas, uma questão de redescrição metafórica da realidade, temos que a faculdade humana fundamental não é a razão, mas sim a imaginação. Seguindo essa linha, as grandes transformações culturais na história humana não se originam da capacidade de bem argumentar ou de compreender como as coisas realmente são, mas de inflexões pragmáticas na maneira de falar, na capacidade de criar e difundir novos vocabulários que alterem nossa percepção do mundo. Mais do que uma vontade de verdade, o progresso humano é uma questão de vontade de auto-superação.

Nesse sentido, a crítica de Rorty à Marx possui pontos de contato significativos com Hayek. Os dois rejeitam a visão teleológica marxista segundo a qual uma dada realidade histórica possui leis e tendências subjacentes que devem orientar a práxis humana; e os dois parecem defender o caráter não intencional e planejado de todo progresso histórico. No entanto, ao extrair o fundamento epistemológico de suas proposições da filosofia da linguagem wittgensteiniana, Rorty consegue, até certo ponto, evitar os paradoxos essencialistas no qual Hayek incorre. Isso porque, ao afirmar a contingência da linguagem, Rorty se coloca como um teórico historicista reticente a constantes psicológicas ahistóricas. Sendo assim, o *homo economicus* hayekiano se torna incompatível com o

princípio pragmático segundo o qual todo vocabulário só pode ser compreendido a partir do contexto histórico em que está inserido.

A própria ideia de “espontaneidade” defendida por Hayek perde serventia quando olhada sob o prisma rortiano, visto que a comunidade liberal, para Rorty, não deve ser justificada como produto de um processo evolutivo “espontâneo” incontaminado pela artificialidade da razão, mas como uma contingência cuja validade depende da força de convencimento de seu vocabulário na comparação histórica com outras tentativas de organização social. Falar de contingência como o lugar da “espontaneidade” soa paradoxal, visto que esta última traz consigo um forte viés naturalista que busca determinar uma “natureza humana” incontaminada por fatores “artificiais”. E esta é precisamente a crítica que Rorty faz a cétricos como Hayek:

Também eles [os cétricos] afirmam haver algo comum a todos os seres humanos - por exemplo, a vontade de poder ou os impulsos libidinais. Pretendem mostrar que, no nível “mais profundo” do eu, não há nenhum senso de solidariedade humana, que esse sentimento é um “mero” produto da socialização humana (*Ibidem*, p. 15)

Longe de optar por um dos termos da aporia hayekiana entre o “espontâneo/natural” e o “artificial”, a afirmação do caráter contingente de qualquer ordenamento social significa justamente descartar esse tipo de dualismo. A única aporia possível para um pragmático como Rorty seria aquela entre um vocabulário “velho” e um vocabulário “novo” que busque substituí-lo, mesmo que preservando alguns traços. O próprio vocabulário racionalista foi uma forma de superar parcialmente o antigo vocabulário cristão que via o mundo como criação divina. O problema, segundo Rorty, foi colocar a “Razão” no lugar de “Deus”, não superando nossa “necessidade metafísica profunda” (*Ibidem*, p. 92).

Não havendo consciência e senso de identidade anterior à linguagem, não há motivo para acreditar em atributos humanos intrínsecos. Tanto o egoísmo quanto a solidariedade não podem ser compreendidos fora do tempo e do acaso, isto é, fora de determinadas circunstâncias contingentes de socialização. Não há um “eu nuclear” que predisponha os seres humanos à ética privada individualista ou à ética pública da solidariedade. Tanto o desejo de autonomia quanto a construção de um “nós” são produtos da trama de contingências na qual os sujeitos estão inseridos:

A visão que ofereço diz que existe um progresso moral e que esse progresso se dá, de fato, em direção à maior solidariedade humana, mas essa solidariedade não é vista como o reconhecimento de um eu nuclear - a essência humana - em todos os seres humanos. É vista, antes, como a capacidade de considerar sem importância um número cada vez maior de diferenças

tradicionais (de tribo, religião, raça, costumes etc.), quando comparadas às semelhanças concernentes à dor e à humilhação - a capacidade de pensar em pessoas extremamente diferentes de nós como incluídas na gama do “nós” (*Ibidem*, p. 316)

O problema da obra de Rorty é quando, ao tentar associar sua epistemologia não-fundacionista com uma teoria política normativa, ele vincula os postulados do pragmatismo à utopia liberal que reivindica. Ao propor a figura do “ironista liberal” como o cidadão arquetípico dessa utopia, Rorty parece crer - ou ao menos simular crer ironicamente - que o reconhecimento da contingência das crenças morais automaticamente conduzirá as pessoas a um estado de compreensão recíproca que eliminará todo tipo de conflito entre vocabulários políticos antagônicos:

Em resumo, os cidadãos de minha utopia liberal seriam pessoas com uma ideia da contingência de sua linguagem de deliberação moral e, portanto, de sua consciência moral e, portanto, de sua comunidade. Seriam ironistas liberais - pessoas que atenderiam ao critério schumpeteriano de civilização, que combinariam o compromisso com o sentimento de contingência de seu próprio compromisso (*Ibidem*, p.117)

Do momento em que se reconhece a contingência dos compromissos morais em diante, tudo que resta é o desejo de uma solidariedade ampla e harmônica, de um “nós” plenamente inclusivo em que o desejo de evitar a dor e a crueldade seja o único vocabulário passível de existir na esfera pública. Fora desse vocabulário universal, todos os vocabulários são reduzidos a particularidades incomensuráveis, a desejos de autonomia privada que devem recuar para a esfera íntima. Desse modo, a instituição do social enquanto espaço de interação entre diferentes vocabulários políticos fica extremamente restrita.

Aqui nos deparamos com um problema semelhante ao que observamos em Hayek. Uma cisão entre o público e o privado que imobiliza, essencializa e engessa a esfera pública em uma linguagem única e incomensurável. Se a distinção que Hayek faz entre o “espontâneo” e o “artificial” imputa um caráter negativo à esfera pública, o corte feito por Rorty entre o vocabulário liberal e outros vocabulários acaba por ter o mesmo efeito na teoria rortyana.

Superar essa visão essencializada de esfera pública, isto é, de algo que só comporta um tipo de linguagem política universal, exige uma perspectiva que embaralhe as distinções tradicionais entre público e privado e entre universalidade e particularidade, postulando que a contaminação recíproca entre os dois é o próprio princípio da ação política na modernidade. Mais do que isso, é preciso ter em mente que essa contaminação recíproca é, muitas vezes, o que desencadeia as transformações culturais no modo de falar das quais

Rorty trata. Como nos diz Seyla Benhabib (2021, p. 45): “qualquer atividade social pode se tornar lócus do ‘espaço público’ se forem colocadas em questão reflexivamente as relações de poder assimétricas que as governam”. Esse tipo de entendimento só é possível se desatrelarmos as reflexões da linguística pós-estruturalista do projeto político liberal defendido por Rorty.

O “pós-marxismo” de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: contingência, hegemonia e a política como estratégia

Se as diferentes concepções liberais apresentadas até aqui incorrem em uma visão onde a contingência da instituição do social aparece como algo “incontaminado”, alheio à diversidade de vocabulários e modos de estruturar as atividades humanas existentes na sociedade, o pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe parece oferecer uma base possível para superar esse paradoxo. Ambos se notabilizaram pela tentativa de conjugar a noção de “hegemonia”, tal qual formulada pelo marxista italiano Antonio Gramsci, com as considerações pós-estruturalistas sobre o caráter performativo da linguagem, destacando-se, aqui, o desconstrucionismo de Jacques Derrida.

Buscando aprimorar as reflexões contidas no conjunto da obra de Marx sobre a dominação de classe nas sociedades burguesas, Gramsci elaborou o conceito de hegemonia, que ele define como aquilo

[...] que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (Gramsci, 2007, p. 41).

Já o desconstrucionismo de Derrida, ao destacar a dimensão performativa da linguagem e do discurso, se apoia no postulado segundo o qual “nenhum discurso justificador pode, nem deve, assegurar o papel de metalinguagem com relação à performatividade da linguagem instituinte ou à sua interpretação dominante” (Derrida, 2010, p. 24). Isso significa dizer que, assim como em Rorty, a filosofia desconstrucionista sustenta não haver nenhum tipo de “estrutura” ou identidade exterior à linguagem, nenhum fundamento subjacente que contorne a contingência dos processos sociais. Os discursos não são des-

crições lógico-conceituais de uma realidade anterior à linguagem, mas, ao contrário, constituem conexões atributivo-performativas com os atos de instituição da realidade social.

É precisamente a esse caráter indeterminado de toda linguagem instituinte que Derrida se refere ao falar que os ordenamentos sociais possuem um fundamento “místico”. O fundamento de qualquer autoridade é místico na medida em que ela não está ancorada em nenhum critério objetivo de justiça, mas apenas pela força de sua linguagem instituinte:

A justiça do direito, a justiça como direito não é a justiça. As leis não são justas como leis. Não obedecemos a elas porque são justas, mas porque têm autoridade. A palavra “crédito” porta toda a carga da proposição e justifica a alusão ao caráter “místico” da autoridade. A autoridade das leis repousa apenas no crédito que lhes concedemos (Derrida, 2010, p. 21).

Essa abordagem “mística” do desconstrucionismo é relevante para duas dimensões do político. A primeira,

[...] é a noção do político como o momento *instituinte* da sociedade. A visão dominante da sociedade do século XIX, prolongada no século XX por várias tendências sociológicas, fez dele um “subsistema” ou uma “superestrutura” submetida às leis necessárias da sociedade (Laclau, 2016, p. 78)

Dessa visão decorre uma perspectiva destotalizada do social, onde este não é mais entendido como um sistema sedimentado, mas sim como um terreno poroso que nunca é plenamente uniformizado. É essa visão destotalizada do social que sintetiza a segunda dimensão do político apontada por Laclau: a incompletude de todos os atos de instituição política. Isso porque, na medida que não decorre da determinação de nenhuma “lei objetiva”, nenhum ato de instituição possui o estatuto de uma clausura lógica sobre a totalidade social. Desse modo, “o que faz o político possível - a contingência dos atos de instituição - é também o que o faz impossível, já que, em última instância, nenhum ato de instituição é inteiramente realizável” (*Ibidem*, p. 78).

Portanto, temos que os laços sociais são produzidos de maneira contingente, e não como o “desenrolar majestoso de uma identidade” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 57), como a identidade de classe tal qual advogada pelo marxismo vulgar da Segunda Internacional. Eles não se constituem como a realização de uma essência que emerge como um destino histórico, mas sim como singularidades resultantes da articulação política. A crítica de Laclau e Mouffe à obra marxiana e alguns de seus intérpretes - sobretudo aqueles militantes do ‘socialismo científico’ do fim do século XIX e início do século XX - se dá na medida em

que esta abre margem para uma justaposição *necessária* entre classe e subjetividade política. O que se quer dizer com isso é que a sociedade não possui um centro irradiador - uma infraestrutura, nos termos utilizados por Marx (1977, p. 301) - de onde “superestruturas” poderiam ser derivadas para registrar interesses pré-concebidos neste ponto central. Para a perspectiva descentrada de sociedade defendida pelos dois autores, a política não é uma “superestrutura” do social ou da infraestrutura econômica, mas sim aquilo que a institui, visto que “o próprio espaço da economia se estrutura como um espaço político, e que nele, como em qualquer outro ‘nível’ da sociedade, aquelas práticas que caracterizamos como hegemônicas estão em pleno funcionamento” (*Ibidem*, p. 143).

O que é notável nessa perspectiva científica do marxismo sobre a economia é que a ideia do desenvolvimento das forças produtivas como um mecanismo que escapa ao político, como algo que pode ser apreciado “com a exatidão própria das ciências naturais” (Marx, 1977, p.302), se assemelha muito à visão espontaneísta que Hayek tem do mercado¹. O que os difere é a postura epistemológica diante desse fato. Se Marx o entende como um fato objetivo que pode ser plenamente conhecido e manipulado a partir das leis do desenvolvimento histórico do capitalismo, Hayek se mostra cético quanto a essa possibilidade. No entanto, é inegável que vários aspectos da obra de Marx, sobretudo do Marx “maduro”, apresentam pontos de contato com a perspectiva naturalista de Hayek.

Ora, se não há um espaço “natural” e “objetivo” de onde se possa extrair um *telos* histórico que oriente as decisões humanas, toda decisão - isto é, todo ato de instituição política - é contingente e só pode ser fundamentada em sua própria singularidade. Nenhuma decisão pode estar referenciada em elementos exteriores a ela mesma, tal como as “relações de produção” ou a “infraestrutura” de uma dada sociedade. Como dissemos, a própria infraestrutura econômica da sociedade não está alheia a esses atos de instituição política, de modo que, antes de falarmos em relações *de* produção, é fundamental falarmos das relações *na* produção.

Para dar conta dessa dimensão contingente dos atos de decisão, dessa ausência de fundamentos externos a partir dos quais se possa determinar os atos de instituição política, Laclau (2016), inspirado em Derrida, utilizou o conceito de “indecidibilidade estrutural”. No entanto, ao buscar responder à pergunta de como se dá a decisão em um terreno indecível, o autor procurou suplementar a perspectiva desconstrucionista com sua própria teoria do sujeito. Esta difere da concepção teórica advogada por Derrida, na medida em que, se distancia de fundamentações éticas para a subjetividade:

1 É verdade que a obra de Marx possui muito mais nuances e ambiguidades a respeito desse fato do que a de Hayek. O uso da noção de “expropriação”, por exemplo, parece indicar, a princípio, uma ênfase maior na dimensão política e estratégica da formação do moderno capitalismo industrial. No entanto, isso não exclui alguns dos desdobramentos naturalistas da abordagem materialista aplicada à economia política.

Sou definitivamente contra as correntes contemporâneas que tendem a uma “eticização” de níveis ontológicos. Não existem, em minha opinião, princípios éticos, ou normas, cuja validade seja independente de todo espaço comunitário (Laclau, 2016, p. 94)

Desse modo, o autor se mantém leal à Gramsci, dando maior relevância para a questão da constituição de sujeitos coletivos. É nesse ponto que a noção gramsciana de hegemonia adquire importância.

Antes de entrar propriamente na questão da relação entre hegemonia e indecidibilidade, convém aqui detalhar mais alguns aspectos da teoria do sujeito de Laclau, sobretudo as considerações acerca da lógica da falta enquanto constitutiva do sujeito. Influenciado fortemente por Lacan (1985), o autor parte da premissa da fragmentação do sujeito em diversas posições que não se unificam. Daí decorre que a subjetividade nunca está plenamente realizada, sempre havendo algo que lhe falta, mas que, nem por isso, deixa de estar presente. É a presença dessa falta que faz com que o sujeito tenha que ser suplementado por algo que sobredetermine as diferentes posições de sujeito na qual a identidade deste está implicada. Este “algo” se dá, segundo Laclau (2016, p. 89), como uma “operação de aquisição adventícia de ser”, isto é, como um ato de *identificação* hegemonicamente mediado. Hegemonia, aqui, seria um momento instituinte que fixa parcialmente algo que é singular como uma universalidade.

Voltando agora para a questão da indecidibilidade. Para Laclau, o sujeito é aquilo que, desafiando a indecidibilidade da estrutura, coincide com o momento da decisão (Laclau, 2016, p. 88). Este último se dá como um ato de identificação hegemonicamente mediado que suplementa essa falta de ser do sujeito. A hegemonia é simultaneamente ato e circunstância. Circunstância porque ela é a estabilização sempre parcial de um campo heterogêneo que filtra as possibilidades de identificação, e ato porque, justamente por ser provisória, as identidades no interior desse campo aparecem constitutivamente deslocadas.

Portanto, temos que esses atos de identificação através dos quais a decisão e o sujeito se constituem são fixações parciais de significados socialmente compartilhados através de um significante - isto é, um nome. Isso se dá através de estratégias de articulação política que têm a retórica como recurso discursivo fundamental. Nesse sentido, a escolha estratégica de fazer certas palavras circularem na esfera pública teria o objetivo de constituir os atos de identificação que forjam o sujeito da decisão.

Essa dimensão estratégica da política é valiosa para Laclau e Mouffe pois, já que não há um *telos* histórico racionalmente determinado, os atos de identificação que forjam o sujeito da decisão não são a realização de interesses previamente fixados, mas dependem de estratégias de articulação política. Na medida em que a política deixa de ser entendida

como a aplicação de um raciocínio lógico, temos um alargamento de seu “horizonte transcendental” (Laclau, 2016, p. 81), isto é, um alargamento das possibilidades de movimentos políticos-estratégicos que forjam os sujeitos políticos. Não há absolutamente nenhum fundamento lógico que impeça que um operário, por exemplo, identifique-se mais com seu patrão do que com a liderança sindical de sua categoria. Isso dependerá de como os movimentos estratégicos em curso na sociedade enredam e forjam a sua subjetividade política.

Esse estatuto especial que Laclau e Mouffe atribuem ao momento da estratégia política marca uma distinção clara com as perspectivas liberais aqui trabalhadas. Ao explorar a indeterminação dos conteúdos que animam esse momento estratégico, os autores postulam uma maior fluidez entre o público e o privado, entre o universal e o particular, visto que questões tidas como “privadas” ou “particulares” podem, muitas vezes, assumir um significado universal contingente a depender da forma como são articuladas estrategicamente. Isso pode ser atestado por inúmeros exemplos concretos, desde a luta do movimento feminista para tornar a questão do trabalho doméstico um assunto de interesse público, até a mobilização de movimentos religiosos conservadores no sentido de defender suas crenças morais e modos de vida privados como indispensáveis para o bom funcionamento da sociedade.

Essa visão estratégica da política também é incompatível com a figura rortyana do ironista liberal, visto que este, a pretexto de denunciar a ausência de fundamentos racionais de todo e qualquer vocabulário político, é compelido a manter um distanciamento improvisado dos jogos de linguagem e atos de identificação que forjam os sujeitos desses vocabulários. Laclau e Mouffe, ao contrário, propõem um tipo de relação mais implicada com a construção destes últimos, afirmando que

uma das tarefas, tanto da teoria política quanto da prática política - mais do que permanecer fixa na figura do “ironista” -, é explorar toda a gama de estratégias e jogos de linguagem por meio das quais a presença/ausência dessa lacuna [entre um vocabulário e seu fundamento racional] é, a todo momento, socialmente negociada (*Ibidem*, p. 102, observação nossa)

O fato é que, à luz do pensamento de Laclau e Mouffe, Rorty parece manter uma esperança ingênua de que o reconhecimento da contingência das crenças morais conduziria a um padrão de conversação social mais tolerante voltado ao tipo de solidariedade liberal ampla e inclusiva por ele defendida. Para a perspectiva dos dois, a existência ou não desse tipo de reconhecimento é indiferente, visto que o social continuará sendo um terreno de antagonismo entre diferentes vocabulários políticos, quaisquer que sejam os seus fundamentos.

O contraste que essa ênfase no momento da estratégia evidencia em relação às perspectivas liberais fica ainda mais nítido quando trazemos à baila as leituras de Hayek. A ideia de mecanismos sociais que escapam a qualquer tipo de controle político-estratégico supraindividual não só é incompatível com o reconhecimento da contingência do social - visto que é justamente o fato de não haver uma lógica homogênea atuando, tal qual uma “evolução espontânea”, que permite que qualquer forma de instituição social seja possível - como também não tem base de sustentação em exemplos concretos. Nem o mercado e nem a esfera pública dos quais Hayek fala estão alheios a esse momento político-estratégico. Ambos precisam gerar atos de identificação e forjar determinados tipos de subjetividades coletivas para que sejam viáveis enquanto singularidades históricas. Antes de pensar no mercado enquanto produto de uma “evolução espontânea”, porque não pensar nele como um conjunto de operações político-estratégicas que estabelecem a figura do empreendedor capitalista como uma identidade referencial?

Por fim, podemos dizer que, ao postular uma relação dinâmica e complexa entre demandas sociais concretas e subjetividade política, a perspectiva teórica mobilizada por Laclau e Mouffe supera tanto a concepção hayekiana quanto a visão rortyana segundo as quais o reconhecimento da contingência aparece como uma restrição das possibilidades de instituição do social. Na obra da dupla, ao contrário, a contingência representa não só a própria condição de possibilidade de instituição do social, como também o alargamento radical de seus pontos de construção política.

Considerações finais

Retomando os objetivos do presente trabalho, nossa proposta consistiu na realização de dois movimentos. Um primeiro movimento que, partindo do pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, analisasse as incompreensões das abordagens liberais aqui trabalhadas quanto à contingência da instituição política do social. Considerando que o “social”, aqui, é um conceito abstrato utilizada para dar conta daquilo que é instituído por um horizonte comum de práticas e agenciamentos coletivos, vimos que aquelas correntes mais associadas a projetos políticos liberais tiveram dificuldade de contrapor ao fundacionismo da teoria marxista uma perspectiva que realizasse plenamente a natureza não-fundacional do social.

Por um lado, a proposta de Friedrich Hayek da contingência vista como uma questão de “liberdade” para a realização de individualidades ensimesmadas oblitera a própria possibilidade do social enquanto dimensão supraindividual. Por outro, a ideia, em Rorty, de que só há um tipo de vocabulário universalista apropriado ao exercício da cidadania na esfera pública acaba por empobrecer esse momento de instituição do social, relegando

a diversidade de vocabulários políticos disponíveis a um lugar de particularidades incensuráveis incapazes de assumir significados universais *instituintes*. De todo modo, o que há em comum entre os dois é uma visão que esbarra em uma perspectiva substancialista do público e do universal, uma incapacidade de compreender como a contingência do social abre um vasto campo de possibilidades para sua instituição.

Essa incompreensão só é superada quando trazemos para a discussão as reflexões de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe sobre a dimensão estratégica da política. A estratégia seria precisamente essa prática não teorizada - ou até mesmo rechaçada - pelos autores liberais, que permite desatar os nós dessa rígida fronteira estabelecida entre o público e o privado, entre o universal e o particular. Ela se refere a todo aquele conjunto de práticas articulatórias cuja vocação é precisamente negociar a localização dessa fronteira por meio do estabelecimento de relações de significação entre os vocabulários disponíveis. A fixação parcial de um vocabulário particular como universal é contingente e se dá através de atos de identificação hegemonicamente mediados. É essa fixação parcial que institui o social enquanto uma formação hegemônica.

Por fim, também falamos da realização de um segundo movimento, que seria responder a seguinte pergunta: é possível conciliar o marxismo com uma perspectiva não-fundacionista do social? A resposta a essa pergunta pode ser positiva desde que entendamos o marxismo menos como uma ciência de e mais como uma tradição intelectual que se propôs a compreender o capitalismo a partir de temáticas como o conflito social, a mudança social e a constituição de sujeitos políticos coletivos. O fato de toda a obra de Ernesto Laclau ser profundamente marcada pelo pensamento de um marxista - Antonio Gramsci - atesta como é possível extrair rendimentos do marxismo sem, no entanto, abraçar integralmente o seu método científico. No entanto, ao comportar outros influxos metodológicos, não estaríamos mais exatamente no campo do marxismo, mas sim do “pós-marxismo”.

Referências

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BENHABIB, Seyla. **Situando o Self**: Gênero, comunidade e pós-modernismo na ética contemporânea. Brasília: EDU-UNB, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei: O “Fundamento místico da autoridade”**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Carta a Bloch** (1890). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em julho de 2024.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico (1880)**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/por/pdf/50.pdf>. Acesso em Agosto de 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, Volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HAYEK, Friedrich. **Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política**. São Paulo: Visão, 1985,

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. Desconstrução, pragmatismo, hegemonia. In: MOUFFE, Chantal (org.). **Desconstrução e pragmatismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 77-107.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LENIN, Vladimir. **Que fazer? A organização como sujeito político**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partido e sindicato**. São Paulo: Kairós, 1979.

MARX, Karl. “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política”, in **Karl Marx e**

Friedrich Engels - Textos 3, São Paulo: Edições Sociais: 300-303, 1977.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Volume 1**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Lafonte, 2021.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RORTY, Richard. **Filosofia como política cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

O CORPO COMO OBJETO E ALVO DE PODER NO BRASIL DO PERÍODO VARGAS

The body as an object and target of power in Brazil during the Vargas' period

José Antonio de Andrade

Doutorando em História Política, Movimentos Sociais e Memória na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do grupo de pesquisa Regime Vargas e seus desdobramentos, da UERJ.

Grit Kirstin Koeltzsch

Doutora em Ciências Sociais, mestre em Teoria e Metodologia das Ciências Sociais e antropóloga. Professora do quadro permanente na Universidade Nacional de Jujuy (Argentina) e diretora do Centro de Estudos Indígenas e Coloniais (CEIC), da mesma universidade.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar argumentos para o entendimento dos conceitos que regem a relação entre corpo e poder, especialmente do corpo como ferramenta para afirmação ideológica de poder no Brasil do período Vargas. Traçar-se-á um breve relato do uso e das representações do corpo na história, a fim de subsidiar as ideias apresentadas. A partir de documentos oficiais, escritos de autoridades e matérias da imprensa, comparados a uma sociologia do corpo já existente, buscar entender como o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação, aliados a um projeto de governo autoritário, lidou com essa questão. Quais foram as rupturas, permanências ou inovações acerca dessas representações? Quais significações e ressignificações tornaram-se elementos da narrativa acerca do corpo naquele momento histórico? Concluímos que, a relação entre corpo e poder no Brasil seguiu um processo de evolução, não no sentido qualitativo, mas de adaptação aos momentos históricos.

Palavras-chave: punição; racionalidade penal moderna; racismo; direitos humanos

Abstract

The aim of this article is to present arguments for understanding the concepts that govern the relationship between the body and power, especially the body as a tool for the ideological assertion of power in Vargas-era Brazil. A brief account of the use and representations of the body in history will be drawn up to subsidize the ideas presented. Based on official documents, the writings of authorities and press reports, compared to an existing sociology of the body, the aim is to understand how the rapid development of the media, combined with an authoritarian government project, dealt with this issue. What were the ruptures, continuities or innovations in these representations? What meanings and re-significations became elements of the narrative about the body at that historical moment? We concluded that the relationship between the body and power in Brazil followed a process of evolution, not in the qualitative sense, but in terms of adapting to historical moments.

Keywords: punishment; modern penal rationality; racism; human rights

Introdução

No corpo estão inscritas todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contacto primário do indivíduo com o ambiente que o cerca (Daolio, 1995, p. 105)

Pelo presente artigo não se intenta uma possível afirmação, nem mesmo uma construção metodológica para a história do corpo, nem contanto do corpo na história. Buscar-se-á unicamente o diálogo com o que já foi estabelecido para, entre harmonias e contradições, trazer à lume novas possibilidades interpretativas, para, a partir delas, poder entender melhor os usos do corpo como ferramenta para afirmação ideológica de poder no Brasil do período Vargas (1930-1945).

É fato que o estudo do corpo na história não configura em trabalho de fácil operação, contudo, as próprias dificuldades expressadas por autores que anteriormente se dedicaram ao tema podem ser tomadas como ponto de partida para sua efetivação. Tais dificuldades podem, numa hipótese plausível, serem consideradas novos objetos de debate para a definição do corpo como sujeito e alvo de intervenção histórica. Tal tendência, embora possa ser considerada mais evidente a partir do início do século XX, pode-se dizer que foi um pensamento que evoluiu em paralelo à história humana.

No contexto em que o trabalho está situado, é essencial reconhecer o Brasil dentro da nossa América, onde os corpos ameríndios sofreram um profundo impacto e foram essencialmente transformados pela colonização europeia. Ao mesmo tempo, e considerando que o corpo é constituído com base em nossas percepções e acordos sobre sua natureza, o pensamento ocidental também apresenta certas ambiguidades. Por um lado, o ser humano é considerado uma espécie de animal entre outras, por outro lado, a humanidade é uma condição moral que exclui o humano (Viveiros de Castro, 1986), o que aconteceu, por exemplo, no continente americano após a conquista. Em termos políticos, os corpos foram moldados de acordo com o sistema colonial. “Os novos corpos resultantes da miscigenação e da colonização foram, primeiro, objeto de atenção de uma política ético-estética e, depois, de uma política espiritual” (Gutiérrez Estévez, 2010, p. 19).

A partir desse contexto, o objetivo do artigo é apresentar argumentos para o entendimento dos conceitos que regem a relação entre o corpo e o poder. Na primeira parte, buscaremos definir, bem como traçar as diferenças desses conceitos, entre os campos da fisiologia e da psicanálise. Em outras palavras, buscaremos clarificar a disputa travada ao longo da história entre a existência de um corpo mítico, sacralizado e transcendental, em confronto com um corpo material, mundano, vulnerável e finito. Depois, partiremos a um breve relato dos significados do corpo ao longo da história. Neste caso, buscaremos demonstrar que a história do corpo pode ser tomada como a história da própria ideia de

civilização, portanto, de um sistema de poder, ou, quando menos, como uma ferramenta para tal.

Na parte principal, analisaremos a instrumentalização dos corpos como objeto de legitimação de poder no Brasil. Trata-se de um processo cujas ações marcaram nossa história a contar dos seus primeiros dias. Desde a subjugação dos povos originários, da escravização desses e de africanos aqui trazidos, da dualidade masculino/feminino, a mentalidade nacional acerca dos significados do corpo foi paulatinamente construída.

Já no Brasil República, os sujeitos desse processo, à parte da sociedade intendida, foram transformados em depositários de um medo coletivo, a partir do que, elementos e usos de violência contra os quais foram naturalizados. A partir de todos esses elementos que estiveram na base das relações políticas e da construção do poder com o fim da Primeira República, buscaremos entender a relação entre corpo e poder para o que se pretendia um Brasil novo.

Concluimos que, a relação entre corpo e poder no Brasil, a exemplo do que ocorreria em diferentes sociedades, seguiu um processo de evolução. Não uma evolução no sentido qualitativo do termo, mas sim, no sentido de adaptação aos momentos históricos, transformando-se cada vez mais em uma ferramenta de legitimação de uns, e de doutrinação de muitos.

Definindo conceitos: entre a fisiologia e a psicanálise

A grande questão que se coloca para o estudo do corpo é justamente a que concerne à sua conceituação. Em grande medida, o que se concebeu para a conceituação do corpo ao longo da história atende a premissa da sua dualidade, a saber, objeto e espírito (Rodrigues, 1999). A partir dessa visão dual de concepção do corpo, a depender do fim que se busca, alude-se à separação entre material e espiritual, portanto, é esse dualismo psicofísico a base para a definição sob os pressupostos conceituais da fisiologia e da psicanálise.

Em termos mais palatáveis, apela-se a sacralidade do corpo, ou seja, de um corpo devedor de um plano além do palpável, do visível, como portador de alma e espírito, entidades imateriais, imortais e transcendentais. Contudo, permite também o apelo à finitude do corpo. Nesse caso, a sua existência a partir do material o sujeita a condição de vulnerabilidade própria desse campo, portanto, passível de negligência (Soares, 2002).

Para o segundo caso, a questão acerca do corpo não vai além da sua própria existência material, portanto, sua capacidade é unicamente explicar sua biologia, negando assim a sua existência no plano transcendental. Quanto ao primeiro, partindo de uma concepção psicanalítica, abre-se um leque bem mais complexo. Nesse caso, o corpo mate-

rial corresponde a uma parte do todo, atuando como o suporte da mente, o campo da sua imortalidade, ou seja, da inteligência, dos sentimentos e das emoções.

Infere-se então que para promover uma investigação psicanalítica do corpo, o ponto de partida está exatamente na concepção fisiológica, uma vez que essa, além de suportar as questões próprias já mencionadas, agrega também atributos culturais e históricos, herdados do conjunto social, possibilitando assim uma interpretação mais global do corpo. Tal interpretação, de um corpo holístico (Martins, 2015), se relaciona ao desejo de se construir um corpo uno, completo e complementar em sua mais distintas dimensões, a saber:

a física (materialidade do corpo em si e por si mesmo); a fisiológica (a inter-relação de sistemas e funcionamento); a social (lôcus das interações interpessoais); a histórica (a relação de espaço-tempo da existência do corpo); a energética (a sua força motriz) e a cultural (orientações quanto ao modo como o corpo vive, como atua e reage) (Costa, 2011, p. 67)

Trata-se nesse caso da necessidade do homem em desafiar a sua própria finitude, oriunda da sua condição material, empenhando-se então na busca por atributos que o possam fazer romper essa concepção. Ao longo da história, fosse por meio de crenças, simbologias ou pela coadunação delas, o homem buscou sintetizar tais premissas a fim de elaborar uma nova concepção de corpo holística, livre daquela limitação material.

Um breve relato acerca das interpretações do corpo na história

Ainda que nosso objetivo seja a interpretação dos usos do corpo na contemporaneidade, mais especificamente no Brasil das décadas seguintes a revolução de 1930, entendemos que tal objetivo necessita ser assente em um relato, ainda que breve, do percurso histórico acerca das interpretações do corpo na história. Por esse relato, intenta-se o entendimento de como o corpo foi sentido, pensado e aspirado desde o início do que viria a ser a sociedade ocidental. Nesse sentido, importa considerar aspectos sociais e/ou culturais que possam ter contribuído para a interpretação dos significados do corpo na nossa sociedade.

Ao observar o percurso do corpo na história, duas inferências são inevitáveis. A primeira delas é de que a história do corpo pode ser tomada como a história da própria civilização. A segunda, com base na mutabilidade das interpretações acerca da representatividade do corpo ao longo dos tempos, entre o morrer e o alvorecer de novas sociedades, percebe-se que tais mudanças possuem sua origem no campo do discurso. Em termos mais precisos, muda-se o discurso, mudam-se as interpretações para o corpo.

Nesse caso, o significado para o corpo pode ser encarado como o resultado da ação direta de cada sociedade sobre ele. A partir da escolha de determinados símbolos e comportamentos em detrimento de outros, constrói-se seus próprios padrões. Sensualidade, beleza, postura, saúde, etiquetas, entre outros, são modelos elementares para essa construção da significação do corpo. “Ao longo do tempo, esses modelos produziram a história corporal, funcionando como mecanismos codificadores de sentido e produtores da história corporal” (Rosário, 2011, p. 27). Tais modelos representam, na verdade, “um conjunto de atitudes permitidas ou não, naturais ou não” (Mauss, 1974, p. 215) decorrentes do processo de construção social, podendo ser reproduzido pelo indivíduo de forma consciente ou inconsciente.

Para Marcel Mauss, esse processo é retroalimentado durante o tempo, uma vez que o indivíduo tende a imitar “atos que obtiveram êxito e que ele viu serem bem sucedidos em pessoas em que confia e que têm autoridade sobre ela” (*Ibidem*). A partir dessa imitação, constituiu-se a perpetuação dos modelos de comportamento ao longo da história humana e o corpo foi transformado em sujeito e objeto de poder.

Foucault argumenta que tal entendimento acerca do corpo é uma descoberta da antiguidade clássica. Para o autor, embora não seja talvez o início de tudo, é nessa época que podem ser encontrados com maior amplitude “sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Foucault, 2007, p. 117).

De fato, nesse período da história, especialmente na Grécia, eram fortes as concepções de idealização do corpo. Tais idealizações, que perduram como referência milênios depois, revela o caráter estético de uma construção idealista do corpo. Todo o processo por trás da concepção de um corpo ideal, correspondia na verdade, na conformação ideal do que deveria ser o cidadão grego, ou seja, os homens livres. O fato de excluir desse ideal de corpo mulheres e escravizados, conota a relação do corpo e a manutenção das representações de poder.

Toda essa relação de poder era refletida na etiqueta, na moral e nas regulações da vida social. Na sociedade grega, o prazer era exclusivamente do corpo masculino. Ao feminino cabia a obediência. Desde o sistema legal até as condutas sociais, corpos femininos e masculinos eram distintamente tratados (Tucherman, 2004). Até mesmo os deuses eram a representação do masculino, ou melhor, de seres humanos aperfeiçoados, com a perfeição do que se podia alcançar. É importante notar que essa forma idealizada de pensar e viver o corpo definia também formas de estar na sociedade e princípios filosóficos e sociais, para os quais a visão era o sentido primordial. “O olhar, o reflexo de si, eram encarados como fundamentais para as relações de poder, portanto, para o funcionamento da sociedade” (Cunha, 2004, p. 178).

A ideia do poder relacionado ao corpo, ao masculino, também foi realidade em Roma, contudo a partir de novas representações. Enquanto na Grécia o elemento símbolo era o cidadão, em Roma a simbologia da perfeição masculina do poder era representada pelo Imperador. Contudo, não era o corpo do imperador que simbolizava diretamente esse poder, mas a sua representação. Grandiosos monumentos eram construídos para que todos pudessem admirar, acreditar e obedecer (Tucherman, 2004). O culto ao corpo grego deu lugar ao culto ao Imperador (Grillo; Funari, 2015).

Contudo, após Edito Tessalônico (Guerras, 1992), a questão do corpo sofre um mudança de perspectiva dramática. Com a adoção pelo Império Romano do cristianismo como religião oficial, as representações do corpo observadas por essa corrente filosófica suplantaram as possibilidades relacionadas à corpolatria. O corpo perde sua condição de expressão do perfeito para ser encarado como a fonte do mal, do pecado, portanto devendo ser silenciado, proibido. O único corpo passível de adoração era o corpo sofredor. O sofrimento era uma dádiva ao espírito, a única dimensão que importava.

A lição divulgada era a morte de Cristo, o “lidar bem com a dor do corpo, que seria mais importante que lidar com os prazeres” (Tucherman, 2004, p. 84). Evidencia-se a luta entre o espírito e a carne, sendo a prevalência do primeiro sobre a segunda o estágio sublime a ser alcançado (Vaz, 2006). Essa visão do corpo, como objeto vexatório, prisão impura do espírito, puro perdurou por mais de mil e quinhentos anos, atravessando toda a idade média.

A ideia de que o corpo deveria ser mortificado, desprezado, só encontrou barreiras com o advento do renascimento. Para o pensamento renascentista, a ideia do sacerdote como um ser orientador das regras morais e sociais não era válida, e as ações humanas deveriam ser guiadas pelo método científico. O ser humano ganhava mais liberdade e o corpo passava a ser prospectado por uma nova concepção. O avanço dos métodos científicos despontava e cada vez mais passavam a ser considerados como a única forma de aquisição do conhecimento.

A atenção ao corpo estava na ordem dos acontecimentos e o controle e a disciplina sobre ele passaram a ser considerados preceitos básicos. O desempenho de tais atividades eram recomendados, tudo sob rígidos métodos, como se imaginava em critérios norteados pela razão. Era o declínio final dos sacerdotes, em outras palavras, era o ocaso da alma e a redenção do corpo, que, mesmo carregado das cicatrizes voltava a ser soberano. Contudo, seria essa mesma disciplina, que o levou ao apogeu, a causa de sua ruína.

Sobre as disciplinas, Foucault definiu-as como sendo os “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2007, p. 118). A disciplina submetia o sujeito, domando suas forças, evidenciando-as para torná-lo uma máquina útil

de produção e sufocando-as em termos políticos, levando-o a obediência (Koeltzsch, 2019). Cria-se assim uma relação de forças internas ao indivíduo perfeitamente adaptada a interesses externos, em que “a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho [e] a correção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre a aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (*Ibidem*, 119). Em outros termos, a disciplina domava à vontade, contribuindo para tornar o indivíduo subserviente (Pelegriani, 2005).

De fato, os ideais iluministas — séc. XVII-XVIII — contribuíram para a depreciação do corpo. Punha-se à lume uma nova dissociação entre corpo e alma (razão), relação em que o corpo estava relegado ao plano inferior (Pinker, 2018). Concomitantemente, as necessidades de exercer o domínio sobre o corpo emularam para a circunscrição do homem como um ser passível de ser moldado e, portanto, de ser explorado. Essa lógica seria a razão principal do novo pensamento econômico que surgia, o modo de produção capitalista (Oliveira, 2002).

Tal modo de produção, ditado pela revolução industrial, provocou uma drástica reorientação da relação entre o trabalhador e o trabalho. A partir do advento de tal revolução, com a divisão técnica do trabalho, esse foi reduzido a uma simples reprodução mecânica, para a qual não há que se empregar qualquer nível de criatividade. Nesse sentido, o corpo passou a ser encarado como uma máquina, cuja função era quase que exclusivamente o acúmulo de capital. Era o poder disciplinar na sua forma de ação mais explícita, como o regente não só dos corpos, mas também dos seu movimentos.

O mecanismo de ação dessa nova forma de poder, segundo Foucault consistia em agir nas mais diversas instituições, desde escolas, hospitais, prisões, quartéis, entre outros, até chegar às fabricas. O objetivo era promover a submissão do corpo, controlá-lo por meio de uma ação de coerção que abrangia o espaço, o tempo, atingindo a articulação dos movimentos corporais (Foucault, 2002).

Com a expansão do modelo capitalista, especialmente a partir do século XIX, a forma de produção industrial não encontrou limites. Uma consequente padronização dos gestos — resultado da condição fisiológica dos comportamentos laborais — instaurou-se nas manifestações corporais levando a sociedade a um processo de homogeneização. Os novos meios e técnicas de produção em larga escala selecionava e delimitava gestos e hábitos, num processo que se exteriorizava às fabricas e atingia outras esferas da sociedade, especialmente a educação do corpo. Essa, em um processo circular, passou a refletir-se não só nos meios, mas principalmente nos interesses de produção (Hobsbawm, 1996), a partir do que, o corpo pode ser encarado como um objeto a serviço do processo econômico.

O elevado desenvolvimento tecnológico e científico propiciado pelo desenvolvimento da sociedade industrial foi profícuo em apresentar novas possibilidades para domínio do corpo, para o qual o desenvolvimento exponencial dos meios de comunicação

merece destaque. Embora possa ser alegado que o conhecimento facilmente acessado pudesse contribuir para a “formação de ativos e livres, com ênfase na liberdade do corpo, contrariando as práticas mecanicistas” (Pai; Strey, 2004, p. 53), de fato, contribuiu para a padronização dos conceitos.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, especialmente a partir do início do século XX, o seu grande poder de influência sobre o pensamento coletivo se mostrou mais propenso a sufocar as liberdades que em promovê-las (Caparelli, 1986). A padronização de conceitos de beleza se mostrou um dos principais ativos desse mecanismo de dominação. Ancorada pela necessidade de consumo criada pelas novas tecnologias e homogeneizada pela lógica da produção, foi responsável por uma diminuição significativa na quantidade e na qualidade das vivências corporais do homem contemporâneo” (Barbosa *et al*, 2011).

Com efeito, a intervenção proporcionada pelos meios de comunicação de massa no que era tomado a conhecer pelo tecido social, evidenciou as reproduções do corpo a um novo e grande número de indivíduos. Surge então uma nova e eficaz maneira de limitar o corpo. Por meio da padronização podia se legitimar ou rotular negativamente gestos, comportamentos e ações. Em outras palavras, era a submissão do corpo, que transformar-se-ia em uma ferramenta ideal para a legitimação do poder político.

O corpo como objeto de legitimação de poder no Brasil

A relação entre corpo e poder no Brasil não é uma história nova. Efetivamente, essa é uma questão que esteve presente desde os primeiros momentos da colonização (Damiani *et al*, 2018). Desde o primeiro momento da chegada dos portugueses esse embate foi posto, especialmente entre brancos e indígenas. Inicialmente, as informações produzidas pelos primeiros “sobre aquelas pessoas ‘exóticas’ eram sempre voltadas para seus corpos [...]” sempre salientando “seus maus costumes” (Del Priori; Amantino, 2018, p. 17, *loc cit*) aos olhos do colonizador.

Toda essa inquietude com o corpo do nativo tinha base na visão cristã do colonizador e na busca em cristianizá-lo, portanto, controlá-lo. Essa foi uma das principais formas utensiliadas para a colonização do novo mundo. Desde suas crenças, rituais, cultura, sexualidade etc., tudo deveria ser subjugado. “O corpo indígena, nu e praticante de atos considerados [...] como ofensivos a Deus, precisava ser domado” (*Ibidem*).

Concomitante a esse processo, outro, tão cruel quanto, se desenrolava durante os engenhos para a construção do Brasil. A escravidão, que além dos povos indígenas, utilizou-se de um número incomensurável de pessoas de origem africana. Indivíduos das mais diferentes etnias, línguas e crenças passavam a ser somente africano, negro, que tinha por

direito trabalhar, e obedecer (Bivar Marquese, 2020).

O domínio do corpo escravizado era para além de uma questão legal, uma obrigação. Uma clara concepção dessa ideia podemos retirar do livro do jesuíta Jorge Benci, obra dedicada ao governo dos escravos. O fundamento da obra de Benci residia nos deveres recíprocos entre senhores e escravizados, pois em suas palavras, “assim como o servo está obrigado ao senhor, assim o senhor está obrigado ao servo” (Benci, 1977, p. 51). A natureza dessas obrigações o próprio Benci tratou de descrever.

Aos escravizados o dever a obediência e o direito ao castigo, aos senhores, o dever de aplicá-lo. Em seu terceiro discurso o jesuíta deixa claro a necessidade da aplicação dessa regra. Para ele, o caráter dos escravos, “rebeldes e viciosos” por natureza, tornava o castigo fundamental para mantê-los “domados e disciplinados”, uma vez que, segundo Benci, “os pretos unicamente governam suas ações pelo temor” (*ibidem*, p. 63, *loc cit*).

Essa busca pela dominação do corpo subjugado perdurou por séculos no Brasil, perpassando por colônia e império. Somente com o fim da escravidão e em seguida, o fim do Império é que novas perspectivas acerca do corpo puderam ser concebidas, porém não necessariamente menos agressivas. Àqueles que já não mais era obrigado a obedecer e nem mais objetos dos castigos dos seus antigos senhores, um outro olhar os esperava. No alvorecer da nova república, os corpos negros, oriundos da escravidão encerrada, eram então vistos como um perigo que rondava à margem da sociedade. Seus corpos vulneráveis se tornaram o temor daqueles que outrora os dominavam. Era o “medo branco de almas negras” (Chalhoub, 1978, p. 92).

Contudo, as representações dos corpo no Brasil iam além da questão da subordinação do diferente, fosse o indígena ou o escravo negro. O corpo como fonte de poder também era uma realidade entre os próprios colonizadores, sendo a principal representação a dualidade masculino/feminino. Desde o Brasil Colônia, a organização social estava pautada pelo patriarcalismo. O homem era o chefe da casa e da organização familiar, enquanto a mulher tinha “papel definido nesta estrutura familiar, como de subordinação, papel este para o qual [era] criada desde a mais tenra infância” (Ruzik, 2005, p. 119).

A principal característica desse modelo de sociedade patriarcal é a definição de alguns pressupostos comportamentais que compulsoriamente devem ser considerados. A saber: “[...] a virilidade e a honra como marcadores da identidade masculina; a docilidade e a submissão caracterizando a identidade feminina” (Oliveira, 2012, p. 73). Tal modelo de organização social possui como base a superioridade do corpo masculino sobre o feminino, uma vez que tais pressupostos vão além do círculo familiar, e são referendados pelas demais organizações do conjunto social. O papel de operadoras de comportamentos restritivamente femininos, circunscritos a esfera privada tem sido ao longo do tempo um eficaz mecanismo de controle sobre a mulher, no qual a escola, a religião e a moral desem-

penharam papel fundamental (Andrade, 2005).

A partir de um juízo moral, o corpo feminino foi continuamente regulado, especialmente por meio do controle da sexualidade. Assim, o corpo feminino ficou submetido ao domínio privado, enquanto o masculino se abria ao espaço público. Força, virilidade, posse e autoridade eram características atribuídas ao masculino, enquanto emoção, passividade, fragilidade e submissão eram tidas como qualidades do feminino, evidenciando assim a ideia de poder, de domínio do primeiro sobre o segundo (Balbinotti, 2018).

Essa questão que norteava a relação entre os corpos feminino e masculino representou ao longo do tempo modelo dominante da família brasileira, e por consequência, interferia diretamente no sistema de organização social e político. O Estado oriundo dessa organização era o resultado e a expressão do patriarcalismo. Somente em 1916¹ o corpo feminino ganhou o acesso ao domínio público, ainda assim, sob autorização do masculino. Portanto, entre Colônia, Império e Primeira República, a relação de poder entre os corpos pouco foi alterada, situação essa que ganharia novos capítulos a partir da década de 1930.

O fim da Primeira República e o Brasil de Vargas

A ruptura do pacto político que estabelecia a República desde a queda do Império, e a chegada de um novo regime em 1930 (Fausto, 1997) trouxe novos desdobramentos para a questão do corpo. Oficialmente, a Constituição de 1934 (Brasil, 1934) apresentava avanços em relação a legislação anterior no que tange ao corpo e aos direitos femininos. O direito ao voto pode ser tomado como um exemplo desse avanço (Nascimento, 2020). A regulamentação do trabalho veio em 1943, com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)(Decreto-Lei, 1943).

Embora a situação legal apresentasse avanços, a prática social não acompanhou de pronto esse movimento, em grande medida incentivada por instituições de forte apelo conservador. Destaca-se nesse sentido, a fala do Cardeal D. Sebastião Leme, que embora não pregasse contra a legislação eleitoral, muito antes da sua promulgação já temia que o resultado do voto feminino provocasse o afastamento da mulher do ambiente doméstico. Para o então arcebispo do Rio de Janeiro, o mais importante era que a mulher aceitasse a “vida doméstica como seu o domínio natural e perfeito, [...] observando a autoridade legítima do marido” (Leme, 1932, p. 03) e sob ela, sim, exercesse seu direito ao voto.

A visão do religioso ecoava nas fileiras políticas. Um bom exemplo foram as falas do candidato a deputado pelo Rio de Janeiro, Luiz Guaraná. A exemplo de D. Leme, em tese

1 Trata-se do código civil de 1916, que regulava os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, seus bens e suas relações. A mulher casada, embora tivesse ganho o primeiro grau de autonomia, ainda era considerada parcialmente incapaz, (Cap I, inciso II) portanto ainda, de maneira geral, permanecendo sob a tutela masculina (Código Civil, 1916).

não se opunha ao voto feminino, mas defendia que “nenhuma função é[ra] mais nobre para a mulher do que a constituição e engrandecimento do lar (Guaraná, 1930, p. 07).

A principal questão em relação ao corpo feminino no período Vargas continuava reservada à sexualidade. Não eram poucas as páginas da imprensa que pregavam contra a liberdade em relação ao corpo feminino, refletindo um movimento da própria sociedade, ou buscando orientá-lo. Dentre uma série desses movimentos, destacamos “A Grande Campanha” de Laurita Lacerda Dias. A partir de uma série de palestras que chegavam às páginas da imprensa, Dias era enfática em reverberar como operava e os perigos das liberdades do corpo feminino: “a destruição da família brasileira, o principal objetivo do comunismo” (Dias, 1937, p. 05, *loc cit*).

Naquele momento o comunismo era o saco de pancada, o principal inimigo, e acusá-lo era palavra de ordem (Andrade, 2022). Em tais palestras, a grande questão colocada era, “como age o inimigo”, cuja resposta estava pronta: “orientando os costumes brasileiros”. Nos seus argumentos era clara a perspectiva de oposição às ideias e atos mais progressistas em reação ao corpo feminino (*Ibidem, loc cit*).

Vejamos nossas praias de banho. O espetáculo ali é indecoroso. Meninas e senhoras da nossa sociedade se exibem quase desnudas, pois não se pode dar o nome de vestuário àquele pequenino trapo, que serve apenas como um requinte a mais de sensualidade [...] Vai chegar o verão e com ele os vestidos de praias chamados ‘frente única’ inteiramente sem costas, e que da praia passarão às ruas, numa evolução natural (*Ibidem*)².

Como se pode notar, a questão envolvendo o corpo feminino caracterizou uma permanência ainda depois da queda da Primeira República. Nesse sentido, tal permanência significou o ritmo lento das mudanças na sociedade brasileira no que tange à relação entre corpos femininos e masculinos. Contudo, naquele momento, outras mudanças estruturais estavam ocorrendo no seio da sociedade e, a partir delas, novas perspectivas para essa relação seriam inevitáveis.

O fim da Primeira República e a chegada de Getúlio Vargas ao poder representou a saída de um pacto político baseado em um Brasil rural para um novo formato de governabilidade que buscava cada vez mais a modernidade e a urbanização (Ramos, 1961). Urbanização que o Cardeal Leme caracterizara como um processo “antidoméstico, e portanto anticristão” (Leme, 1931, p. 3).

O período subsequente à revolução de 1930 foi marcado pelo desenvolvimento da comunicação, e seus efeitos atingiam a todos os segmentos sociais do mundo urbanizado.

² Laurita Lacerda Dias também travou uma ferrenha campanha contra o voto feminino, o que para ela era a inversão dos desígnios da natureza feminina, criada para ser submissa ao homem, para a esfera privada e não para o espaço público (Alves, 1980).

“O rádio, o cinema e a música popular avançavam, começava-se a viver a chamada era da cultura de massas” (Barros, 2001, p. 137).

Esses novos meios de informação, que atingiam significativa parcela da população, se mostravam o meio ideal para a disseminação de uma nova ideia de poder, padronizando comportamentos e definindo conceitos. Ressalta-se, nesse caso, o importante papel dos meios de comunicação como meio de informação e conformação da opinião pública, tendo a política e seus desdobramentos como um dos seus principais destaques (Sodré, 1999).

Vargas soube capitalizar este processo à política, e como o país começava o processo de entrada na era dos meios de comunicação de massa, soube como poucos usá-los em seu interesse (Haussein, 1997). A ideia de incorporar a propaganda política, através de meios de comunicação e do entretenimento, não foi uma invenção nacional, nem mesmo de Vargas, mas podemos, sem dúvida, atribuir a ele o incentivo ao desenvolvimento e a concepção destes, voltado para o nacionalismo, ou para a organização do que o regime gostaria de estabelecer como tal (Andrade, 2022).

De fato, o líder daquele novo Brasil buscava se apresentar e firmar como tal, como um mito desse novo nacionalismo (*Ibidem*). Era necessário então dominar a mentalidade, o entendimento coletivo acerca de determinados eventos, determinar quais seriam suas representações e significados, para a partir disso, dominar os corpos e transformá-los em elementos de poder. Nesse sentido, “há que se destacar que naquele momento os meios de comunicação ganhavam relevância junto à população, uma vez que já contavam com grande circulação no país, principalmente na capital federal” (Sodré, 1999: 64). Portanto, para a efetivação deste projeto de solidificação do mito político, esforços e alianças não foram evitados. Neste caso, a cobertura dos periódicos diários deveria ser, e foi considerada.

Os jornais carregam em si o poder de disseminar as ideias, como levar ao mundo as narrativas. São estas narrativas que, repetidas *ad nauseam*, irão consolidar a base para os símbolos e estereótipos que atuarão como lente para a receptividade do corpo social em relação aos fatos narrados (Dewey, 1910). Nesse sentido, o historiador Orlando de Barros comenta que:

A veiculação do mito Getúlio Vargas deveria ser feita de diversas maneiras: arregimentando as massas gigantescas nas cerimônias cívicas, contando difundi-las de modo que provocasse a maior repercussão possível, instalando, assim, no imaginário coletivo a mensagem política desejada (Barros, 2001, p. 341).

O arregimento do conjunto social, ou seja, dos corpos, foi parte fundamental da construção do novo pacto político que despontava no Brasil com o fim da Primeira República, em que Vargas foi o principal personagem.

Contudo, esse processo mitificador de Vargas não se deu unicamente por meio da imprensa ou da propaganda direta. Através do entretenimento popular, noções de urbanidade, civismo, da família como um agente de eliminação de tensão iam sendo apreoados e, por se tratar de entretenimento, isso se dava com um teor de naturalidade. O sistema de entretenimento viveu nesse período um momento de grande expansão, e o “rádio formava, com a revista teatral, o cinema e o futebol, a base do sistema de diversão de massa” (*Ibidem*, p. 61). O próprio Vargas definiu a importância desses meios para o consolidação do seu projeto:

Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu. (Vargas, 1938, p. 187)

Por meio dessas ferramentas, o regime intervinha para construir noção de raça que desejava. A partir da associação delas a um sistema educacional voltado às mesmas finalidades, a moral e a ética do brasileiro poderiam ser modificados. O regime Vargas, ao se colocar como o orientador desse processo, de fato, o que buscava era produzir um pensamento nacional unívoco, que reconhecesse a figura do regime como norteadora de tudo isso. Mudar ou construir a moral de um povo, significa mudar sua maneira de pensar, agir, de ver o mundo, uma vez que como moral, a filosofia entende a parte que trata dos valores, sentimentos e ações do indivíduo, ou seja, a relação de si com o seu próprio corpo, esse pertencente a um corpo maior, a sociedade (Canto-Sperber, 2005).

Esse processo de construção/relação com o corpo no período Vargas resultou em ações efetivas nos mais diferentes setores da sociedade, desde as unificações culturais, os ritos dos movimentos civelistas militaristas, até a processo educacional. Era a busca do corpo sadio, o suporte físico da mente obediente.

Como exemplo, a formação da AIB (Ação Integralista Brasileira). Criada em 1932, sob o comando de Plínio Salgado e inspirada nos movimentos fascista europeus, defendia o fortalecimento do Estado e o autoritarismo. Sob o lema Deus, Pátria e Família, arregimentou apoio de simpatizantes nas várias esferas da sociedade, fazendo com que essas ideias ganhassem cada vez mais adeptos (Trindade, 1979). Caracterizada como um partido político paramilitar, seus constituintes praticavam ritos militarizados, trajavam uniformes padronizados e gritavam palavras de ordem (Levine, 2001).

Em outubro de 1937, um contingente que as mídias integralistas afirmavam ser de 50 mil homens, desfilou pela avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, em home-

nagem ao líder da nação, Getúlio Vargas (*A Noite*. 03 de nov. de 1937, p 03)³. Seus corpos adestrados, seus movimentos coreografados, bem como seus trajes impecavelmente equipados eram o exemplo do corpo social uno, pretensamente indivisível, que se afirmava existir buscando-se construir. Eram movimentos que se repetiam a exaustão. Um mês depois, outros 20 mil integralistas estavam nas ruas do Rio de Janeiro (Vargas, 1995). Havia estado em Santa Catarina (Desfile, 1934)⁴, em Minas Gerais (*A Razão*. 02 de dez. de 1937), no Maranhão (Caldeira, 1999), entre tantos outros lugares.

Embora o Integralismo não fosse obra ou ideação do próprio regime, ele era parte de um todo, de um sistema que visava a emulação de um corpo social uno, que impunha para sua condição de existência a homogeneização, o padronização dos comportamentos e dos corpos individuais (Protocollos e Rituaes, 1937). Para entender esse sistema, certamente tão importante quanto o conteúdo do seu discurso, é entender o apelo definido por meio dos desfiles minuciosamente coreografados, as Bandeiras (caravanas), os símbolos, as palavras de ordem, as canções, os discursos dramatizados, os estandartes, os uniformes, as insígnias, os rituais, enfim, a movimentação do corpo social (*Ibidem*). Toda essa gama de simbologia produzia no imaginário coletivo uma mitologia de imagens que Walter Benjamin, referindo-se ao nazismo, a havia definido como estetização da política (2012).

Estes elementos compunham um conjunto poderoso de atrativos e diferenciadores para as práticas dos partidos, e criavam toda uma mística ritualizada (rituais que regulavam do nascimento à morte) da adesão que deveria ser considerada, não a um partido, mas a um movimento que se apresentava como renovador das forças espirituais da nação (Sombra; Guerra 1998). Por meio de um movimento distópico anacrônico, baseado em um espírito renascentista de crenças e valores que jamais existira, o integralismo participava do projeto de construção de um corpo unívoco para a nação (Levine, 2001), sobretudo como exemplo da essencial disciplina.

Era um política de coerção sobre o corpo, que ia do individual ao coletivo, atuando sobre os gestos, sobre os comportamentos. Segundo Foucault, por meio dessa disciplina é que o corpo participa de uma “maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”. Trata-se de uma “anatomia política que também é uma mecânica de poder”. É, por fim, uma mecânica que “define como se pode ter o domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se faça o que se quer, mas para que opere como se quer, com as técnicas e a eficácia que se determina” (2007, p. 119, *loc cit*).

Contudo, a relação entre poder e corpos no período Vargas ia além da pura idea-

3 Essas mobilizações gigantescas em meio a uma população, geralmente avessa às grandes demonstrações políticas foram a base principal da expressão de poder, que impressionava simpatizantes e atemorizava os inimigos (Barros, 1987).

4 O núcleo da Ação Integralista Brasileira em Brusque foi fundado em 12 de agosto de 1934 a partir de uma assembleia realizada no Cine Teatro Guarany com a presença de grande presença do público local.

ção ou manipulação para a construção do corpo ideal, do espírito que representasse o nacional. Era também de ações diretas, na tentativa de eliminar o que não estivesse compreendido dentro desse conceito, os corpos indesejáveis. O meio escolhido, a operacionalização do medo, fosse pela violência, ou pela rotulação de comunismo e de comunistas⁵.

Com o utensílio do termo comunismo dividia-se a população em duas partes; os que apoiavam o governo *versus* os que estavam ao lado dos — supostos — comunistas. Os que se colocavam contra o governo eram considerados desprovidos de qualquer consideração e humanidade por já haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana (Bonet, 1998). Esse conceito era rotineiramente empregado na propaganda anticomunista, promovendo a descrição dos comunistas sempre como rebeldes contra Deus, contra a família e a ordem, entre outras caracterizações (Andrade, 2023). Eram simplesmente corpos que poderiam/deveriam ser eliminados.

Sob o rótulo de comunista, qualquer um que se colocasse como empecilho ao projeto político em questão deveria ser eliminado (Mourelle, 2019). Prisões de opositores demandadas unicamente pela vontade do aparato policial, justificadas como crimes contra a nação configuravam verdadeiras faxinas sociais, cujo objetivo era manter o constante estado de terror que o regime impunha à população, a fim de mantê-la sob seu controle.

Sobre as faxinas sociais, a historiadora Elizabeth Cancelli afirma que elas ocorriam, no pleno funcionamento de um Estado policial que foi desenvolvido naquele período e que além do medo do perigo oferecido pelo suposto comunismo, promoveu também o medo pela prisão inexplicada de muitos, e o sumiço de outros tantos (Cancelli, 1994)⁶. Tal política ganhou força especialmente após a criação do Serviço de Fiscalização e Repressão à Mendicância e a Menores Abandonados em 1934 (Vargas, 1937, item 37), que pretenda tirar das ruas menores e mendigos, encaminhando-os para instituições, especialmente as colônias agrícolas. Naquele momento da política nacional a “sensação de insegurança e incerteza era incentivada pelo governo que, assim, fazia do medo um aliado a fim de obter meios para agir violentamente contra seus inimigos” (Mourelle, 2019, p. 27).

A perseguição aos opositores, por meio das ações policiais que poderiam acontecer livremente e com a devida ressalva para agir contra quem quer que fosse, foi um fato. O número de encarcerados sem ordem judicial, nota de culpa, ou mesmo relatório da própria polícia era de grande soma. Desta forma o medo se generalizava, seja dos males do comunismo ou da própria ação do regime, e a população em sua maioria se aliava ou se submetia. Em outras palavras, encerrava-se por meio realinhamento ou da eliminação dos indesejáveis, a homogeneização dos corpos, para, a partir dela, construir o novo projeto

5 Para Érico Veríssimo, comunista era um pseudônimo que os conservadores, os conformistas e os saudosistas do fascismo inventaram para designar simplisticamente todo o sujeito que simplesmente luta[va] e clama[va] por justiça social (Verissimo, 1988).

6 O termo faxina social foi usado para descrever a retirada de moradores indesejados do centro da cidade.

de nação, ou de poder.

Considerações finais

A relação entre corpo e poder, de fato, foi e continua sendo uma questão que acompanha o desenvolvimento das sociedades ao longo da história humana. Desde a antiguidade, diversos matizes dessa relação vieram à evidência, foram suplantados por outros, ou simplesmente adaptaram-se entre si, dando origem a uma nova relação. Desde a sacralização do corpo, como um elemento holístico, completo, da união entre carne e espírito, até a negação dessa natureza transcendente.

Ao longo do tempo, o corpo foi parte vinculada à construção da própria sociedade em que está inserido, e, muitas vezes, as interpretações acerca do que se toma como corpo é produto do discurso norteador da evolução desse própria sociedade. A partir de determinados padrões constrói-se novos, portanto, o corpo pode ser considerado como elemento gerado e gerador do próprio grupo social em que está inserido. Trata-se de um processo retroalimentado em que os indivíduos tendem a imitar atos exitosos, a fim de alcançarem os mesmos resultados.

Desde a descoberta do corpo como elemento de poder na antiguidade clássica, tal representação transitou do corpo do indivíduo para o corpo dos governantes, que nesse caso representava o modelo perfeito. Contudo, na Idade Média, isso se desfaz em uma miscelânea de novas e renovadas interpretações. Desde o retorno do corpo sacralizado, à dicotomia entre o masculino e o feminino, o corpo assume novas orientações de poder dentro das sociedade, passando à modernidade como elemento de discussão, que poderia ser estudado, disciplinado.

A disciplina foi o elemento transformador, ou renovador da relação corpo/poder. Especialmente após o advento dos grandes meios de comunicação, pode ser orientada, garantido uma padronização de conceitos acerca do corpo. A partir dessa padronização pode se vislumbrar a unificação do corpo social, tornando-se o corpo individual um elemento de atuação do poder. No Brasil, especialmente após o fim da Primeira República, essa foi tônica da narrativa. Com um forte uso da propaganda, respondida por grandes eventos cívico, por intervenção no processo educacional, a disciplina foi sendo paulatinamente implantada e as representações dos 'corpos sadios' sendo reafirmadas e, por consequência, o poder do corpo social sobre o individual sendo consolidado.

Referências

A NOITE. 03 de nov. de 1937, p 03.

A OFFENSIVA. 02 de out. de 1937, p. 03.

A RAZÃO. 02 de dez. de 1937, p. 1

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

ANDRADE, José Antonio de. O Grande Medo Brasileiro: imaginário social, cultura do medo e anticomunismo no Brasil da Segunda República. **Intellèctus** - v.22, n.2 2023, p.21-43, jul-dez. 2023. DOI: 10.12957/intellectus.2023.77753.

ANDRADE, José Antonio de. **Forjando o inimigo**: Getúlio Vargas, a mídia e o grande medo do comunismo. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2022.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Seqüência**, n. 50, p. 71-102, jul. 2005. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1300>. Acesso em: 30/06/2023.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista Da ESMESC**, v. 25 n. 31, 2018, p. 239–264

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**; nº 23, v. 1: 24-34, 2011. p. 28.

BARROS, Orlando de. **Custódio Mesquita**: Um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-45). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

BARROS, Orlando de. **Preconceito e Educação no Governo Vargas (1930-45)**: Capane-ma, um episódio de intolerância no Colégio Pedro II. Sesquicentenário do Colégio Pedro II. Caderno nº8. Cadernos avulsos da biblioteca do professor do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1987.

BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos.** (livro brasileiro de 1700) (Estudo preliminar) Pedro de Alcântara Figueira; Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica.** Tradução Francisco Dea Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2012.

BIVAR MARQUESE, Rafael de. **Feitores do corpo, missionários da mente:** senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: Bobbio, Norberto et al. **Dicionário de Política.** Tradução Carmen Varriale, Gaetano Mônaco, João Ferreira, Luis Pinto e Renzo Dini. Vol.1, 11ª Ed. Brasília: ED. UnB, 1998. p. 34-35.

BRASIL, Constituição. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934.

Caldeira, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional:** a ação integralista no Maranhão (1933-1937). São Paulo: Anablume. 1999.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência:** a polícia na era Vargas. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CANTO-SPERBER, Monique. **A inquietude moral e a vida humana.** São Paulo: Loyola, 2005.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa.** São Paulo: Summus Editorial, 1986.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História.** 8.16 (1988): 83-105. Disponível em: <https://uranohistoria.blogspot.com/2010/12/revista-brasileira-de-historia-100-anos.html>. Acesso em: 20/03/2021.

CÓDIGO Civil de 1916 - **Lei** Nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. Disponível em: <https://>

www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 01/07/2023.

COSTA, Vani Maria Melo. Corpo e história. **Revista Ecos**, v. 10, n. 1, 2011. Acesso em: 27/06/2023. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/ecos/article/view/777>. Acesso em: 23/01/2022

CUNHA, Maria João. **A imagem corporal**: uma abordagem sociológica à importância do corpo e da magreza para as adolescentes. *Azeitão: Autonomia* 27. 2004, p. 178.

DAMIANI, Gerson; PINHEIRO, Wagner Pereira; NOCETTI, María Antonieta Gallart. **O Mundo Indígena na América Latina**: Olhares e Perspectivas. Beatriz Paredes (coordenação). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas, SP: Papirus. 1995.

DEWEY, John. **How We Think**. Chicago: D. C. Heath & Co Publishers. 1910.

DESFILE do Movimento Integralista. Acervo Museu Casa de Brusque, 1934. Disponível em: <https://www.brusquememoria.com.br/acervo-imagem/2001>. Acesso em: 08/06/2024.

DECRETO Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 01/07/2023.

DEL PRIORE, Mary; Amantino, Márcia. **História do corpo no Brasil** (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DIAS, Laurita Lacerda. A Grande Campanha. **A Cruz**, Rio de Janeiro, xx/01/1937.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GRILLO, José Geraldo Costa; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. O culto imperial romano e o cristianismo primitivo, algumas considerações. **Revista Mundo Antigo**. Campos dos Goytacazes, v. 4, não. 8, pág. 49-65, 2015.

GUARANÁ, Luiz. Ao eleitorado de 2º distrito Fluminense. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11/02/1930.

GUERRAS, Maria Sonsoles. O Imperador Teodósio e a cristianização do Imperio. *Classica* - **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, p. 155-160, 1992. DOI: <https://doi.org/10.24277/classica.v0i0.826>

GUTIÉRREZ Estévez, M. Esos cuerpos, esas almas. Una introducción. In: Gutiérrez Estévez, M.; Pitarch, P. (eds.). **Retóricas del cuerpo amerindio** (pp. 9-56). Madrid: Iberoamericana. 2010.

HAUSSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón**. 1ª Ed. Porto Alegre: Ediprucrs, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KOELTZSCH, Grit Kirstin. **Biopolítica y educación corporal en el socialismo del siglo XX**. Autoetnografía de un cuerpo danzante. Tesis (Tesis de Maestría) - Universidad Nacional de Jujuy. 2019.

LEME, Dom Sebastião. O dever eleitoral dos católicos – OS discursos proferidos e a palavras de S. Emcia., o Cardeal Leme. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 06/01/1932.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Suzana. Corpo em trânsito entre a ação e a divindade: Polirritmia-Policentrismo-Sentido Holístico. **Conception**, v. 4, n. 1, 2015.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: **Sociologia e Antropologia**. Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **O Brasil a caminho do Estado Novo**: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936-37) 1. ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Mulheres e Cidadania: o alistamento eleitoral feminino e a ampliação dos direitos políticos no Rio Grande do Norte (1927-1928). **SÆCULUM – Revista de História**. v. 25, n. 42. João Pessoa, p. 138-156, jan./jun. 2020.

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher**: lacunas, desafios e perspectivas. 122 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002.

PAIM, M. C. C.; STREY, M. N. Corpos em metamorphose: um breve olhar sobre os corpos na história, e novas configurações sobre corpos na atualidade. **EFDeportes.com, Revista Digital**. nº 79, 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd79/corpos.htm>. Acesso em: 21/05/2023.

PELEGRINI, Thiago. Imagens do corpo: reflexões sobre as acepções corporais construídas pelas sociedades ocidentais. **Revista Urutágua**. Nº 08: 1-6. 2005. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/008/08edu_pelegrini. Acesso em: 29/06/2023.

PINKER, Steven. **O novo iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

PROTOCOLLOS e Rituaes. *Monitor Integralista*, Edição do Núcleo Municipal de Niterói, n. 18, 1937.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ROSÁRIO, N. M. Apud: Barbosa, M. R.; Matos, P. M.; Costa, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**; 23 (1): 24-34, 2011. DOI: <https://>

doi.org/10.1590/S0102-71822011000100004.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Famílias simultâneas**: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 119.

SOARES, Carmem Lúcia (org.). **O Corpo na História**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

SOMBRA, Luiz Henrique; Guerra, Luiz Felipe Hirtz (orgs.). **Imagens do Sigma**. Rio Janeiro: Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

TUCHERMAN, Ieda. **Breve história do corpo e de seus monstros**. Lisboa: Veja. 2004.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. Vol. II (1937-1942). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VARGAS, Getúlio. O cinema nacional: elemento de aproximação dos habitantes do País. In: **A nova política do Brasil**. Volume III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 183-189.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1937**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

VAZ, Paulo. **Corpo e risco**. 2006 [versão on-line]. Acesso em: 28/06/2023. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2564783-Corpo-e-risco-paulo-vaz.html>.

VERÍSSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. 49ª ed. São Paulo: Globo, 1988.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Nota breve sobre a categoria de pessoa e os seres do devir: a metafísica Tupi-Guarani. In: **Araweté**: Os deuses canibais. (pp. 117-127) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.